

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO MOVIMENTO HUMANO**

Rafael Falcão Breyer

**PROGRAMA SEGUNDO TEMPO:
UM ESTUDO SOBRE OS OBJETIVOS E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO E DE
CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE IMPACTO**

Porto Alegre
2017

Rafael Falcão Breyer

**PROGRAMA SEGUNDO TEMPO:
UM ESTUDO SOBRE OS OBJETIVOS E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO E DE
CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE IMPACTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências do Movimento Humano.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Reinaldo Reppold Filho

Porto Alegre 2017

CIP - Catalogação na Publicação

Breyer, Rafael Falcão

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO: UM ESTUDO SOBRE OS
OBJETIVOS E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO E DE
CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE IMPACTO / Rafael Falcão
Breyer. -- 2017.

98 f.

Orientador: Alberto Reinaldo Reppold Filho.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Programa
de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano,
Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Projeto Esportivo Social. 2. Programa Segundo
Tempo. 3. Esporte. 4. Avaliação. 5. Indicadores de
Impacto. I. Reppold Filho, Alberto Reinaldo, orient.
II. Título.

Rafael Falcão Breyer

**PROGRAMA SEGUNDO TEMPO:
UM ESTUDO SOBRE OS OBJETIVOS E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO E DE
CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE IMPACTO**

Conceito final:

Aprovada em.....de.....de.....

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Adroaldo Cezar Araújo Gaya- UFRGS

Prof. Dr. Carlos Adelar Abaide Balbinotti – UFRGS

Prof. Dr. Alexandre Marques Carriconde - UFPEL

Orientador - Prof. Dr. Alberto Reinaldo Reppold Filho– UFRGS

AGRADECIMENTOS

Toda a escolha implica em renúncia e consequências, a decisão de voltar aos estudos acadêmicos e produzir esta dissertação de mestrado não foi diferente. Essa escolha implicou em renúncia profissional e renúncia momentos de convívio familiar, a mais difícil delas.

Devido a essa ausência, meus agradecimentos se iniciam pelo centro de tudo que tenho e sou hoje, minha família, minha esposa Viviane Breyer, meu porto seguro, pelo carinho, incentivo, ajuda e compreensão, ao meu filho Henrique, que mesmo tão pequeno soube me confortar quando necessário.

Minha família, que nos ajudaram muito e pelos quais o amor é incondicional, meus pais Miriam e Paulo e meus irmãos Fábio e K-rol.

A minha segunda família, aquela que vem como um apêndice quando nos casamos e que aprendemos a amar, meus sogros Tânia, Pinheiro e cunhados Lelê e Sady e Bruna e Júnior.

Meus alunos, que praticamente me consideram um integrante de suas queridas famílias, que entenderam as faltas e me apoiaram nas horas difíceis emprestando seus ouvidos.

Ao meu primeiro orientador, professor doutor Ricardo Petersen, o *master boss* agradeço pela confiança, ajuda e liberdade para buscar a melhor forma de desenvolver esta pesquisa.

Ao meu segundo orientador professor doutor Alberto Reppold, muito obrigado por aceitar participar dessa caminhada a partir do meio do caminho, obrigado pela confiança, orientação e puxões de orelhas.

Jamais poderia deixar de agradecer a um grande amigo que ganhei recentemente, professor doutor Rodrigo Cavasini, o *big boss*, ele me apresentou ao Programa Segundo Tempo, objeto desta pesquisa, portanto praticamente corresponsável por este estudo. Meu mais sincero muito obrigado pelo carinho e ajuda nessa caminhada tão gratificante e desgastante.

Obrigado a todos!

“Acredita-se que ensinar bem o esporte é ensinar mais que ele mesmo. É explorá-lo ao nível de exercer tal fascínio nos jovens, que ele represente um contraponto tão forte quanto as pressões da violência generalizada que sofrem todos os dias. É necessário que se planeje e encare o esporte em projetos sociais como uma ação que seja tão profunda quanto as marcas da exclusão que estas pessoas vivem. Acredita-se, por fim, que se não for desta maneira, a pedagogia do esporte não será páreo para a pedagogia das ruas e do tráfico” HIMARA E MONTAGNER, 2012, pg.162.

RESUMO

O esporte é visto como um aliado na promoção da inclusão social. Diante disso, os governos de diferentes países têm desenvolvido projetos sociais esportivos para populações de baixa renda, em especial para crianças e jovens. Os objetivos desses projetos são, geralmente, superdimensionados quando se referem a questões sociais, ultrapassando as potencialidades esportivas. Além disso, os processos de avaliação de projetos sociais esportivos são ainda incipientes. Dessa forma, o desenvolvimento de processos de avaliação que busquem mensurar os efeitos destes projetos torna-se essenciais, afim de justificar investimentos públicos, reconhecer boas práticas e prestar contas à sociedade. Entre os projetos sociais esportivos existentes no Brasil, destaca-se o Programa Segundo Tempo (PST), iniciativa do Ministério do Esporte que conta desde sua implementação, em 2003, com a parceria de prefeituras e compreende todo o território nacional. Diante da relevância do PST, este estudo se propôs a identificar e analisar os objetivos e os processos de avaliação do PST, no período de 2007 a 2017, e sugerir indicadores de impacto. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa. Em relação aos procedimentos de pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com equipes do PST. Para a análise das informações, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo. O estudo identificou que, ao longo do tempo, ocorreram alterações e adequações nos objetivos do PST. Além disso, observou-se a ampliação da produção literária e científica do PST, assim como as capacitações pedagógicas foram adaptadas e hoje abordam questões relacionadas às atividades cotidianas dos núcleos. Percebeu-se também a expansão do número de convênios, a importância da criação de um processo de avaliação e, em 2015, a criação da Equipe de Avaliação Pedagógica. Atualmente, a Equipe de Avaliação Pedagógica do PST está desenvolvendo processos de avaliação focados na capacitação pedagógica, na qualificação das aulas e na autopercepção de competência dos alunos. Os indicadores mais citados na pesquisa foram os relacionados aos impactos diretos do PST, devido a uma maior vinculação com os objetivos do programa e por possibilitarem uma aferição mais precisa. Sendo assim, foi sugerido a implementação de um processo de avaliação em níveis, o qual considera que um núcleo com melhor infraestrutura ou com RHs mais qualificados tem condições de ter um processo mais completo de avaliação, assim como maiores probabilidades de atingir seus objetivos. Concluindo, os gestores do PST demonstraram uma constante preocupação em readequar seus objetivos a reais possibilidades de um projeto esportivo social, assim como voltaram seus olhares ao desenvolvimento de um processo estruturado de avaliação, criando a equipe de avaliação pedagógica direcionada para o desenvolvimento de um sistema de avaliação que considera as condições de cada núcleo e dos RHs. Com a implantação desses instrumentos de avaliação, acredita-se que o PST terá condições de prestar contas da sua contribuição social para o País e possibilitar a sua continuidade e ampliação.

Palavras-chave: Esporte; Projetos Sociais; Inclusão Social.

ABSTRACT

Sports are seen as an ally in promoting social inclusion. As such, governments in various countries have developed sports projects for low-income populations, especially children and young people. However, the objectives of these projects typically exceed their capacity to address social issues by overestimating the potential impacts of sports. In addition, the processes for evaluating social sports projects are still incipient. As such, developing evaluation processes for measuring the effects of these projects has become essential for justifying the public investments, recognizing good practices and being accountable to society. The Segundo Tempo Program (PST), a social sports projects of the Brazilian Ministry of Sports, has worked in partnership with local governments nationwide since its creation, in 2003. Given the importance of the PST, the purpose of this study is to analyze the program's goals and evaluation processes from 2007 to 2017 and to suggest impact indicators. The study is qualitative. Regarding the research procedures, semi-structured interviews were conducted with PST teams. To analyze the information, the content analysis technique was adopted. The study identified that, over time, the PST's objectives have undergone changes and adjustments. Furthermore, an expansion in literary and scientific production on the PST was observed, and the program's pedagogical capacities were adapted to encompass issues related to the day-to-day activities of centers. Expansion also was observed in the number of agreements, the importance of developing an evaluation process and, in 2015, the creation of the Pedagogical Evaluation Team. Today, the PST Pedagogical Evaluation Team is developing evaluation processes focused on pedagogical training, on improving the quality of classes and on the self-perception and competency of students. The indicators most cited in the study are related to the PST's direct impacts, given better alignment with the program's objectives and the possibility of more accurate measurements. Accordingly, the implementation was suggested of a stratified evaluation process that takes into account the fact that centers with better infrastructure and better-qualified human resources present conditions that allow for a more complete evaluation and ensure a higher likelihood of their objectives being met. In conclusion, the PST's managers demonstrated constant concern with realigning objectives with the actual possibilities of a social sports project, and shifted their focus on developing a structured evaluation process supported by the creation of a pedagogical evaluation team focused on developing an evaluation system that takes into account the conditions of each center and its human resources. With the implementation of these evaluation instruments, it is believed that the PST will present the conditions for rendering an account of its social contribution to the country and for ensuring the program's perpetuity and growth.

Key words: Sports; Social Projects; Social Inclusion.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1. Projetos Esportivos Sociais	15
2.2. Avaliação de Projetos Esportivos Sociais	19
2.3. Indicadores para Avaliação de Projetos Sociais	24
2.4. Programa Segundo Tempo	28
2.4.1 Caracterização do PST	28
2.4.2. Produção Científica sobre Avaliação do PST	34
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	37
3.1. A Escolha do Método	37
3.2. Seleção dos Entrevistados	37
3.3. Procedimento de Análise de Dados	39
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	40
4.1 Objetivos do Programa Segundo Tempo	40
4.1.1 Impressões sobre os objetivos mais relevantes	44
4.1.2 Reflexões sobre a obtenção dos objetivos do PST	46
4.1.3 Alterações nos objetivos do PST na última década	50
4.1.4 Relação atualizada dos objetivos do PST	53
4.1.5 Dificuldades relatadas para obtenção dos objetivos do PST	54
4.2 Avaliação do Programa Segundo Tempo	62
4.2.1 Avaliação do material didático	67
4.2.2 Competências pedagógicas	67
4.2.3 Protocolo de observação de aula	68
4.2.4 Percepção de competência dos beneficiados	68

4.3 Indicadores de impacto do Programa Segundo Tempo	70
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	83
ANEXOS	88
1. Termo de concordância da instituição	89
2. Carta de apresentação e convite para entrevista	91
3. Termo de consentimento livre e esclarecido	92
4. Roteiro de entrevista equipe gestora e pedagógica	94
5. Roteiro de entrevista equipe de avaliação pedagógica	96

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, percebe-se um aumento significativo do desenvolvimento projetos, ações e iniciativas que se utilizam do esporte como um aliado ao combate à exclusão social, tais ações são denominadas de Projetos Esportivos Sociais.

As justificativas para sua realização são variadas: tirar crianças, adolescentes e jovens da rua, promover a diminuição do tempo ocioso, melhorar o desempenho na escola e gerar mais oportunidades na vida para esses sujeitos, afastando-os da criminalidade. Melo e Dias (2009) corroboram esse entendimento ao afirmar que o fenômeno esportivo é um forte aliado no combate às desigualdades sociais, potencializando os elementos educativos e tentando diminuir os efeitos da condição de risco social.

Soma-se a isso a percepção de que problemáticas que se relacionam a questões sociais, educacionais e ambientais e que afetam diretamente a sociedade contemporânea, figuram entre os temas mais desenvolvidos nos meios acadêmico e político. Diante desse contexto, programas e projetos focados no esporte educacional são desenvolvidos como formas de combate a questões de exclusão social. (LONG, 2002 apud CAVASINI 2008).

No Brasil, nos últimos dez anos, observa-se um incremento dos projetos esportivos sociais públicos e privados, ampliando a área de atuação de professores e alunos de educação física. Grande parte desses projetos, parte da premissa de que o esporte contém elementos educadores intrínsecos e que aliado a diminuição do tempo ocioso auxilia no processo de inclusão social.

Sendo assim, encontra-se vasta sustentação na literatura acadêmica sobre a relevância desses projetos como aliados ao combate à exclusão social, aprimoramento da saúde, redução da violência, aumento da qualidade de vida e melhoria do desempenho escolar (CAVASINI, 2008). Dessa forma, a área de atuação de professores e alunos de educação física se expande cada vez mais na medida em que há um aumento do surgimento de Organizações Não-Governamentais (ONGs) focadas no desenvolvimento de projetos sociais.

Tendo em vista essa realidade e que segundo a Constituição Federal de 1988, em sua seção III, artigo 217, é papel do estado promover o acesso a práticas esportivas

formais e não-formais; assim como a destinação de recursos públicos prioritária ao esporte educacional; bem como o tratamento diferenciado para o desporto formal e não-formal e; o incentivo ao lazer como meio de promoção social, os projetos esportivos sociais se proliferam no Brasil. Nesse contexto, destacam-se iniciativas públicas como o Programa Segundo Tempo (PST), promovido pela Secretaria Nacional de Esporte Lazer e Inclusão Social (SNELIS) do Ministério do Esporte (ME).

O PST é desenvolvido em todo o território nacional, desde 2003, e conta com milhões de atendimentos anuais. Seus objetivos são a democratização do acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social para crianças, adolescentes e jovens¹ (FILGUEIRA, 2008), permitindo seu desenvolvimento integral, formando cidadãos e contribuindo na qualidade de vida, visando principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade social. Além disso, o esporte assume um papel de política de Estado, visando o desenvolvimento da nação e fortalecimento de identidade cultural e da cidadania (FILGUEIRA, PERLIM e OLIVEIRA, 2009).

Embora seja constatada a proliferação de projetos esportivos sociais, o número de estudos que buscam avaliar se os objetivos estão sendo alcançados ainda é bastante reduzido, ou seja, ainda existe pouca produção científica a respeito da utilização de indicadores de resultado e impacto social para medir o desempenho dos projetos esportivos sociais.

Conforme Cotta (1998) é importante distinguir avaliação de resultado de avaliação de impacto. A diferença reside no escopo da análise. A avaliação de resultados visa analisar os efeitos de uma intervenção para os beneficiados do projeto, enquanto a avaliação de impacto tem um contexto mais amplo, contemplando também os reflexos dessa mesma atividade, de forma a indicar a efetividade dos resultados, verificando se os objetivos foram alcançados.

Para a autora a avaliação constante e periódica de projetos sociais permite que decisões sejam tomadas e ajustes necessários sejam feitos, alterando efetivamente a realidade social. Em suma, a avaliação deve desempenhar um papel central nos

¹ Segundo o Art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente: criança é a pessoa de até doze anos, adolescente é aquela entre doze e dezoito anos de idade e jovem, segundo o Estatuto da Juventude, é considerada a pessoa entre 15 e 29 anos de idade.

projetos sociais. Sendo que sua ausência pode conduzir ao desperdício de recursos e aumento gastos públicos.

“A avaliação é uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida; destinada a identificar, obter e proporcionar, de maneira válida e confiável, dados e informação suficiente e relevante para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes de um programa (tanto na fase de diagnóstico, programação ou execução), ou de um conjunto de atividades específicas que se realizam, foram realizadas ou se realizarão, com o propósito de produzir efeitos e resultados concretos. Visam comprovar a extensão e o grau em que se deram essas conquistas, de forma tal que sirva de base ou guia para uma tomada de decisões racionais e inteligentes entre cursos de ação, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento e a compreensão dos fatores associados ao êxito ou ao fracasso de seus resultados.” (AGUILAR e ANDER-EGG, 1994, p.31-2 apud COTTA, 1998).

A avaliação de projetos sociais, além de mensurar as contribuições das iniciativas para a sociedade, em tempos de crise e recursos escassos, como o momento em que vivemos agora no Brasil, possibilita que os governos invistam recursos e empreguem esforços em programas e projetos que de fato gerem impacto na vida dos brasileiros. Além disso, o acompanhamento por meio de indicadores e de um processo de avaliação estruturado serve para apontar quais iniciativas merecem ganhar a estatura de políticas públicas e, conseqüentemente, um quinhão maior de recursos nas disputadas fatias do orçamento público.

Projetos sociais públicos precisam ser encerrados com seriedade e eficiência de gestão como faz a iniciativa privada. Por exemplo, o investimento das empresas em ações socioambientais são uma das contrapartidas para a concessão de sua “licença social” para operar, compensando a exploração dos recursos naturais e possíveis impactos negativos que possam ser gerados às comunidades onde estão presentes. Os investimentos, em geral, são controlados de perto, por meio de indicadores, e quando os resultados não são atingidos, os projetos são descontinuados e os esforços redirecionados.

Corroborando essa ideia, Cotta (1998) afirma que a obtenção ou não dos resultados indica a eficiência do projeto, a qual leva em consideração os custos envolvidos para a sua execução.

“O conceito de eficiência diz respeito à relação entre os resultados e os custos envolvidos na execução de um projeto ou programa. Quando ambos podem ser traduzidos em unidades monetárias, recorre-se à Análise Custo-Benefício (ACB), que, grosso modo, pretende verificar se os benefícios líquidos do projeto excedem seus custos operacionais. Esta técnica não se ajusta à maioria dos projetos sociais, cujos efeitos frequentemente não podem ser expressos monetariamente. Não obstante, antes de descartar a possibilidade de realizá-la, deve-se atentar para a natureza do problema em foco. Na área social geralmente se utiliza a análise custo-efetividade, que coteja os custos com os produtos e o impacto da intervenção, julgando a eficiência relativa de diferentes estratégias de implementação”. (COTTA, 1998, p.112)

Em razão de sua relevância, a avaliação de projetos esportivos sociais foi foco de estudos realizados no Brasil, que de alguma forma tentaram analisar o resultado e/ou o impacto social desses projetos, como o de Machado (2007), Cavasini (2008), Souza (2010), Vianna e Lovisolo (2011), entre outros. Considerando os conceitos e estudos apresentados, este projeto tem os seguintes objetivos:

OBJETIVO GERAL

Identificar e analisar os objetivos e os processos de avaliação do Programa Segundo Tempo (PST), no período de 2007 a 2017, e sugerir indicadores de impacto.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever quais objetivos do PST são percebidos como mais relevantes;
- Identificar quais objetivos do PST foram alterados no período analisado;
- Verificar quais são os processos de avaliação que o programa possui;
- Identificar os processos de avaliação junto aos alunos do PST.
- Propor indicadores para a avaliação do PST que possibilitem verificar o atingimento dos objetivos do programa.

Sendo assim, esta pesquisa busca somar quantitativamente e qualitativamente a outras que buscam avaliar os impactos dos projetos esportivos sociais desenvolvidos no Brasil. Entende-se que o aprimoramento do processo de avaliação do PST possibilitará justificar os investimentos públicos no programa, identificar os núcleos que são referência e sinalizar as possíveis correções e alterações nos mais diversos níveis de atuação do programa, quer seja no planejamento, na administração e na condução pedagógica. Além disso, melhorias no processo podem refletir positivamente nos envolvidos diretamente com o convênio, coordenação, professores e monitores.

Portanto, para dar conta desse propósito, o trabalho está estruturado da seguinte forma: primeira parte é uma revisão de literatura, a qual busca estabelecer produções acadêmicas relativas a projetos esportivos sociais, seus objetivos, sua avaliação e indicadores de impacto; também traz uma apresentação e revisão sobre o Programa Segundo Tempo com um breve histórico, seus objetivos e uma análise da produção científica publicada, voltada para formas de avaliação do programa.

Na sequência, são descritos os métodos empregados na investigação e, por último, a apresentação e discussão dos resultados sobre os objetivos, processos de avaliação e indicadores de impacto PST. Assim como, a proposta de indicadores de impacto e um processo de avaliação de acordo com os níveis de infraestrutura dos núcleos do PST.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Projetos Esportivos Sociais

O esporte exerce um papel relevante na sociedade contemporânea. Faz parte do cotidiano de milhões pessoas e seus benefícios para promoção da saúde e do bem-estar são amplamente difundidos. Além disso, as atividades esportivas geram uma imensa mobilização social e determinados esportes fazem parte da cultura de cidades, regiões e países, contribuindo para a formação da identidade das comunidades.

Somam-se a isso as grandes competições esportivas mundiais como os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo de Futebol, que reforçam a paixão pelo esporte, estimulam a identidade nacional e promovem a identificação da torcida com os atletas e equipes de cada país. O esporte tem também um papel social significativo na sua vertente educacional. Ele é considerado um importante aliado na inclusão social. Sendo assim, o esporte tem um caráter socializador relevante, em especial para as crianças, adolescentes e jovens.

O esporte como um fenômeno sócio-histórico-cultural também é entendido por Rodrigues (2008) como uma atividade significativa, ocupando um espaço importante no dia a dia das pessoas. Segundo o autor, no Brasil o esporte tem alto nível de penetração na sociedade, que pode ser percebida pelo considerável número de praticantes de diversas modalidades esportivas; pela quantidade de eventos esportivos e de profissionais vinculados ao esporte; pelos estudos científicos; pela indústria esportiva; pelos veículos de comunicação, que dedicam várias horas de sua programação diária para a transmissão e repercussão de eventos esportivos. Além disso, tem crescido também o lançamento de canais especializados em esportes na natureza.

Todas essas atividades conferem ao esporte uma visibilidade em tempo real e a possibilidade da experimentação de sentimentos como bem-estar, relaxamento, recompensa e liberdade. A prática esportiva também pode promover o desenvolvimento pessoal ligado a questões como superação, liderança, autoestima,

autoconfiança, autoimagem, trabalho em equipe, capacidade de lidar com a frustração e disciplina.

A relevância da prática esportiva para a sociedade é corroborada por Eiras et al (2010) ao afirmarem que o esporte é um fenômeno sociocultural e um direito social. A importância do esporte no contexto brasileiro está inclusive reconhecida no artigo 217 da Constituição Federal de 1988, ao estabelecer que: “é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um”.

Em complementação à Constituição Federal, às práticas esportivas são reguladas pela Lei nº 9.615 de 1998, que define três manifestações esportivas: Desporto Educacional, Desporto de Participação e Desporto de Rendimento. Essa lei estabelece também os princípios fundamentais do desporto brasileiro, o funcionamento do sistema brasileiro de desporto, a prática desportiva profissional, o funcionamento dos Comitês Olímpico e Paralímpico brasileiros, as regras da justiça desportiva, e regulamenta a destinação de recursos para o desporto no país.

Em relação ao desporto educacional, a lei estabelece que ele deve ser praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação com o objetivo de promover o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer.

O desenvolvimento do esporte em formas assistemáticas de educação é trabalhado pelos setores público e privado e pelo terceiro setor no formato de programas, projetos e ações sociais. Em termos governamentais, Starepravo (2011) afirma que o esporte é utilizado em políticas públicas como ferramentas para alcançar diversos objetivos, como por exemplo: educação, lazer e inclusão social.

No Brasil, como em outros países, vem ocorrendo um crescimento no número de projetos esportivos sociais com esse propósito. Os projetos esportivos sociais, segundo Zaluar (1994), são desenvolvidos no Brasil desde a década de 1970 como uma forma de combate a questões sociais críticas, ou ao menos, como uma tentativa de minimizar os efeitos das questões relacionadas aos contextos de risco e vulnerabilidade social.

A partir da década de 1990, a proliferação de Organizações Não Governamentais (ONGs) elevou consideravelmente o número de projetos esportivos

sociais desenvolvidos no Brasil, em razão de diversas formas de parcerias estatais, privadas e municipais, com atletas e ex-atletas, entre outras.

Rodrigues (2008) reforça esse contexto ao afirmar que nas últimas décadas observa-se um incremento na quantidade de programas e projetos sociais que utilizam o esporte como ferramenta aliada ao combate à exclusão social e desenvolvimento da cidadania.

Embora os projetos esportivos sociais, de modo geral, se proponham a promover a inclusão social, melhorar a qualidade de vida de crianças, adolescentes e jovens e direcioná-los para um futuro digno, afastados da criminalidade, Silva (2010) alerta que é preciso tomar cuidado com os discursos moralizantes e salvacionistas que muitas vezes são atribuídos como objetivos dessas iniciativas. O autor destaca, por exemplo, que temas como a ocupação do tempo livre são apresentados como a solução de problemas relacionados com criminalidade e violência.

De acordo com Eiras (2010), tanto os problemas quanto às justificativas que orientam as soluções prometidas pelos projetos esportivos sociais, desde seu início, não passaram por muitas alterações. Existe um discurso de que o esporte pode ser o “salvador da humanidade”, e que por meio dele pode-se desenvolver física e moralmente crianças e adolescentes que estão em situação de risco social. Esse discurso é ponto comum para a justificativa de diversos projetos esportivos sociais.

A maioria dos projetos esportivos sociais desenvolvem exclusivamente atividades esportivas, estão voltados à crianças e adolescentes em situação de risco social, objetivam ocupar o tempo livre e podem desenvolver atividades profissionalizantes e complementares à educação formal (EIRAS, 2010).

Pereira (2015) ao analisar o desenvolvimento dos projetos esportivos sociais no Brasil afirma que os objetivos desses projetos não se alteraram ao longo do tempo. Atualmente, o objetivo de ocupar o tempo dos alunos é assumido como meta, tirando crianças e adolescentes da rua, local onde estariam mais suscetíveis às ações e atividades ilegais.

Em relação a ocupação do tempo livre, Himara e Montagner (2012), observam que a violência e o tráfico, presentes nas ruas, de fato representam riscos a crianças e adolescentes. Os autores salientam que ao retirá-los desse ambiente se faz obrigatória a reflexão sobre “o que” e “como” serão oferecidas as atividades, quais

são os estímulos adequados para promover aprendizagens reais, mantendo os alunos motivados a permanecer no projeto até sua idade limite.

Os autores questionam a forma como o esporte é desenvolvido em alguns projetos que focam apenas no viés recreativo do esporte e/ou na busca de talentos e futuros campeões. A associação dos objetivos das iniciativas à busca de talentos esportivos acarreta na exclusão da maioria dos participantes, enquanto que o desenvolvimento esportivo de forma apenas recreativa pode gerar desinteresse.

Partindo do princípio que o esporte, a atividade física e o lazer fazem parte das atividades de um grande número dos projetos sociais destinados à população de baixa renda no país, Silva (2010) listou alguns objetivos encontrados nestes projetos:

- Ocupação do tempo ocioso
- Inclusão social
- Desenvolvimento de valores
- Melhora nas capacidades físicas
- Melhora nas habilidades motoras
- Melhora na qualidade de vida
- Diminuição da exposição a riscos sociais
- Conscientização da prática de atividades físicas e esportes
- Combater e prevenir a criminalidade precoce
- Integração social
- Promoção da convivência social
- Aumento da autoestima
- Promoção de valores éticos e cidadania
- Desenvolvimento humano
- Busca de talentos esportivos
- Formação de atletas
- Desenvolvimento de competências cognitivas, pessoais, sociais e produtivas
- Educação para a vida
- Convivência social
- Formação integral
- Alegria e prazer

- Formação de cidadão críticos e autônomos
- Substituição da seletividade e exclusão competitiva por participação e solidariedade
- Contribuir no processo de emancipação social das classes populares

Eiras (2010) complementa a reflexão de Silva (2010) afirmando que projetos esportivos sociais não compreendem o esporte como tendo um fim em si e que adquire diversos outros objetivos e características. Com isso, percebe-se que alguns projetos são concebidos com finalidades educacionais, emancipatórias e sociais.

Essas iniciativas costumam relacionar diretamente a prática esportiva e de atividades físicas com a melhoria no desempenho esportivo, em questões relacionadas à saúde e à cognição. O desenvolvimento de fatores psicológicos fica em segundo plano, em vários casos.

Sendo assim, conclui-se que um projeto esportivo social deve ser muito bem planejado e executado de modo a atingir os objetivos propostos. Além disso, é importante que os projetos tenham uma gestão profissionalizada, gerando benefícios efetivos para as comunidades onde estão inseridos.

Diante disso, é essencial que seja feita uma avaliação periódica dos resultados alcançados nestes projetos, com intuito de verificar se os objetivos estão sendo atingidos e redirecionar os esforços e os recursos quando necessário.

2.2 Avaliação de Projetos Esportivos Sociais

“A avaliação não convence, persuade; não demonstra, argumenta; é razoável, não absoluta; é aceita por muitos, sem ser imposta a ninguém.” (HOUSE, 1980 :73 apud ALA-HARJA E HELGASON, 2000, pg. 07)

Desde a segunda metade do século XVII até a atualidade se realizam sucessivas tentativas e pesquisas de avaliação dos serviços e programas sociais oferecidos à população. No Brasil, até a década de 1970, a mensuração dos resultados estava centrada preferencialmente nas pesquisas nas áreas de saúde e

educação, as quais se limitavam a avaliar a obtenção de metas, alcance e determinação dos meios dos projetos avaliados (FAGUNDES E MOURA, 2009).

Em outras áreas, as produções acadêmicas priorizaram as análises na forma de estudos de caso, devido a diversos fatores como a descontinuidade dos programas e a não exigência de avaliações, afirmam Fagundes e Moura (2009). Essas avaliações ocorriam de forma fragmentada e com pouca resolutividade nas mudanças efetivas nos rumos de um programa e ainda revelam fragilidades em relação ao impacto e as mudanças que estão ocorrendo concretamente. De acordo com os autores, também existe um crescente interesse de Organizações Não Governamentais em avaliar seus programas, fazendo com que tais estudos ingressassem no meio acadêmico, produzindo novas contribuições no campo de avaliação de programas sociais.

De acordo com Monteiro (2002), avaliação é um processo de constante estimativa de adequação entre objetivos e metas de um determinado programa e seu desenvolvimento empírico. O autor define avaliação como “o estudo dos resultados do programa em relação aos seus objetivos propostos.” (pg. 01).

A avaliação também pode ser entendida como uma estimativa sistemática da operação e/ou resultados comparados a parâmetros implícitos ou explícitos, contribuindo para o melhor desenvolvimento do programa ou da política.

Já para Ala-Harja e Helgason (2000), avaliação é uma análise sistemática de características importantes de um programa e seu valor, objetivando fornecer resultados confiáveis e utilizáveis.

Machado (2006) reforça que o propósito da avaliação é produzir efeitos e resultados concretos que auxiliem na tomada de decisões racionais e inteligentes, conduzindo os programas para o atingimento dos objetivos propostos.

Em outra definição, a avaliação em programas sociais é como uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida que objetiva identificar, obter e proporcionar, de modo válido e confiável, dados e informações suficientes e relevantes. Essas informações devem auxiliar na avaliação sobre o mérito e o valor de um programa, tanto na fase de diagnóstico, programação ou execução (COTTA, 1998). Para a autora, a avaliação também pode ser entendida como um conjunto de atividades já executadas, em curso ou a se realizar, as quais tem o propósito de produzir efeitos e resultados concretos. As avaliações são um importante instrumento

para a tomada de decisões, soluções de problemas, promoção do conhecimento e entendimento de fatores relacionados ao êxito ou ao fracasso dos resultados do programa.

Apesar dos autores mencionados demonstrarem a importância da avaliação para os programas sociais, Silva (2012) comenta que o conceito de avaliação muitas vezes recebe uma conotação negativa, em razão da percepção de que a avaliação pode desmerecer o trabalho realizado, o esforço e a dedicação das equipes envolvidas. No entanto, o entendimento dos erros e acertos dos envolvidos no programa são essenciais para o aprendizado e melhoria da iniciativa.

Devido a sua característica multidisciplinar, a diversas questões, necessidades e beneficiados, além de possuir inúmeras instituições e executores, não existe um consenso em relação ao conceito de avaliação, permitindo que alguns sejam, inclusive contraditórios entre as áreas que desenvolvem essa ferramenta (ALA-HARJA e HELGASON, 2000).

A preocupação se justifica em razão de que, na medida em que aumenta o volume de avaliações, passam a ser admitidos diferentes mecanismos. Muitas vezes, são mais simples e não contemplam a complexidade necessária para a avaliação efetiva de um programa social, o que pode acarretar em uma perda da significação do processo de avaliação.

A avaliação pode ocupar um espaço relevante quando utilizada de forma adequada e integrada a um arcabouço geral de desempenho. No caso de programas desenvolvidos pelo setor público, ela pode contribuir para o aumento da eficiência e eficácia das iniciativas públicas. A avaliação de programas pode complementar e desenvolver esforços de mensuração, monitoramento e auditoria de desempenho. Nesse contexto, a avaliação correta de programas pode, por exemplo, possibilitar aos governos melhorarem seu desempenho e capacidade de prestar contas à sociedade (ALA-HARJA e HELGASON, 2000).

Segundo Fagundes e Moura (2009), a avaliação de um programa sob a ótica das políticas públicas deve ser realizada considerando duas dimensões:

- Objetiva: produto físico, tangível e mensurável;
- Subjetiva: mudanças de atitudes, comportamentos e opiniões.

No entanto, as autoras apontam que os resultados nem sempre demonstram até que ponto os objetivos propostos foram ou não atingidos. Dessa forma, são os impactos da iniciativa que permitem melhor avaliar os reflexos das ações. Sendo que o impacto de uma política é uma medida de desempenho da ação pública.

No caso de programas de esporte, Tavares (2006 apud Correia, 2008) afirma que, apesar das boas intenções, muitos não conseguiram gerar transformação social e mudança da realidade das comunidades onde estão inseridos. Isso porque há uma carência técnica na área de educação física para mensuração dos resultados de seus programas sociais.

O autor justifica essa dificuldade em virtude do desconhecimento de conceitos de planejamento e avaliação de muitas equipes executoras de projetos esportivos sociais. Esse contexto, acaba gerando desperdício de recursos e frustração de expectativas e reflete no desgaste do termo “projeto” na área de Educação Física. Há uma despreocupação das políticas públicas para Educação Física, Esporte e Lazer, decorrente de uma visão distorcida da realidade desses três elementos. Soma-se a isso a falta de compromisso de alguns setores da sociedade com os verdadeiros problemas sociais e um despreparo dos profissionais de Educação Física sobre como deve ser feita a gestão social, o que reduz as possibilidades de realização de projetos esportivos sociais emancipatórios.

Nesse sentido, o estudo realizado por Provenzano *et al* (2014) teve como objetivo “*investigar a incidência da temática referente a Políticas Públicas de Esporte em pesquisas acadêmicas disponíveis no banco de dados do Portal de Periódicos CAPES/MEC*”. No estudo foram encontrados 21 artigos completos, os quais os autores dividiram em três grupos:

1. Impacto científico: levou-se em consideração o Estrato Qualis - Capes, sendo que as publicações foram encontradas em maior parte nos seguintes periódicos: Revista Movimento (A2), Revista Brasileira de Ciências do Esporte (B1) e Revista Brasileira de Educação Física (B1).
2. Temáticas abordadas: todos os artigos eram qualitativos, em sua maioria estudos descritivos e pesquisas exploratórias, quanto aos procedimentos foram apontados a pesquisa bibliográfica, o estudo de

campo e a pesquisa documental e em relação aos instrumentos, a pesquisa de campo, entrevistas e análise de documentos foram os mais relatados.

3. Abordagens metodológicas: foram descritas quatro categorias, Avaliação de políticas e programas de esporte e lazer; Políticas públicas e perspectivas teóricas; Políticas públicas e atuação profissional e; Participação cidadã no processo de efetivação de políticas públicas de esporte.

Após essa análise, Provenzano *et al* (2014) concluem que o volume de estudos disponíveis no portal CAPES/MEC ainda é reduzido e que em sua maioria foram produzidos nos últimos anos, isso demonstra o crescente interesse do meio acadêmico na discussão do tema Políticas Públicas.

Essa conclusão vai ao encontro do estudo de Werle (2010). A autora relata que, embora a temática esteja presente nos debates e eventos científicos, a produção ainda é reduzida e volta-se principalmente a relatos de experiência.

Na mesma linha Starepravo *et al* (2011), relata um aumento de estudos de casos e relatos de experiência sem maiores avanços qualitativos e de forma horizontal. Os autores também observam a dificuldade em aliar a pesquisa empírica com a discussão teórica e as metodologias das políticas públicas. Os autores salientam ainda a necessidade da compreensão de que as políticas públicas de esporte e lazer estão ligadas a garantia de acesso a direitos sociais, dentro das políticas setoriais e que são estratégia do Estado para gerar na sociedade um determinado impacto.

Cotta (1998) afirma que para um bom processo avaliativo é necessário o acordo entre relevância e critérios que definem o sucesso da intervenção. Essas condições são fundamentais para que os resultados da avaliação gerem reflexões proveitosas sobre as iniciativas governamentais na área social. A autora alerta para o risco de usar metodologias tradicionais de avaliação que subestimam o impacto decorrente da intrincada rede de interesses que pode haver na execução dos programas e projetos sociais.

Nesse contexto, é premente o aprofundamento do desenvolvimento dos processos de avaliação de projetos esportivos sociais, utilizando mecanismos de

gestão, de desempenho, de planejamento e de controles na execução, que auxiliem na obtenção dos objetivos e contribuam com o desenvolvimento de projetos engajados na efetiva mudança da realidade social.

O processo de avaliação de projetos esportivos sociais é uma tarefa complexa, porque, em geral, esse tipo de iniciativa envolve diversos objetivos como: melhoria de aspectos relacionados à saúde e à qualidade de vida, inclusão social, evolução no desempenho escolar e combate à evasão escolar, no desenvolvimento pessoal, na diminuição de aspectos ligados à criminalidade e a atos infracionais, quando relacionados a menores de idade.

Portanto, é essencial o desenvolvimento e aprimoramento constante dos mecanismos de avaliação dos projetos esportivos sociais realizados no Brasil, de forma que eles possibilitem mensurar o sucesso das iniciativas, identificar os pontos fortes e fracos, redirecionar os esforços quando necessário e, por fim, promover um adequado uso dos recursos públicos.

2.3 Indicadores para Avaliação de Projetos Sociais

O interesse pela temática dos indicadores sociais e sua aplicação nos projetos e programas públicos vem crescendo em várias esferas do governo e em fóruns de discussão dessas questões. Esse aumento da relevância do tema está, segundo Jannuzzi (2005), relacionado com o maior controle social do Estado. Ao mesmo tempo, a mídia, os sindicatos e a sociedade civil passaram a exigir o uso mais eficiente dos recursos públicos e a fiscalizar o emprego destes recursos. Soma-se a isso o aumento do acesso às informações, possibilitado pelas novas tecnologias da comunicação.

“Um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.

Os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais". (JANNUZZI, 2006, pg.15)

Para o autor, o conhecimento do significado, dos limites e das potencialidades dos indicadores sociais podem contribuir para a definição das prioridades e destinação de recursos públicos pelos órgãos governamentais, agentes e instituições envolvidas na realização de ações sociais. Dessa forma, por meio de uma interpretação empírica da realidade social, podem auxiliar a análise, formulação e implementação de políticas sociais, contribuindo com a identificação das carências e das áreas onde devem ocorrer as intervenções.

"Para seu emprego na pesquisa acadêmica ou na formulação e avaliação de políticas públicas o indicador social deve gozar de uma série de propriedades. Além da sua relevância para discussão da agenda da política social, de sua validade em representar o conceito indicado e da confiabilidade dos dados usados na sua construção, um indicador social deve ter um grau de cobertura populacional adequado aos propósitos a que se presta, deve ser sensível a políticas públicas implementadas, específico a efeitos de programas setoriais, inteligível para os agentes e públicos-alvo das políticas, atualizável periodicamente, a custos factíveis, ser amplamente desagregável em termos geográficos, sócio demográficos e socioeconômicos e gozar de certa historicidade para possibilitar comparações no tempo." (JANNUZZI, 2006, pg.27).

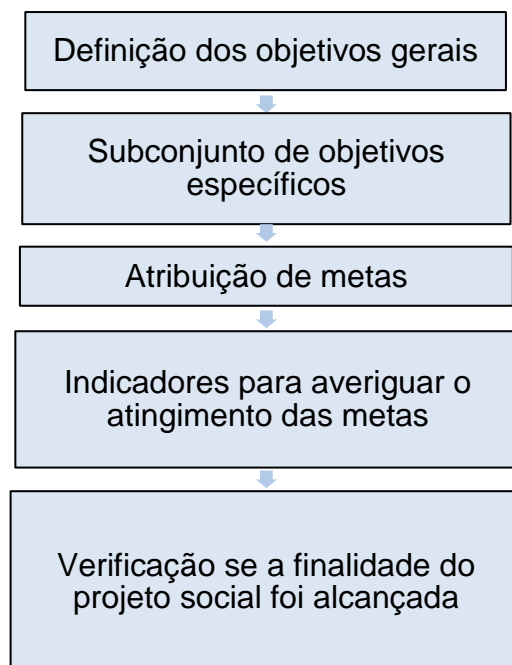
O autor reforça ainda que um sistema amplo de indicadores sociais relevantes, válidos e confiáveis potencializam as chances de sucesso do processo de formulação e implementação de políticas públicas. Os indicadores, teoricamente, contribuem para formulação de diagnósticos sociais e avaliações de resultados mais abrangentes e tecnicamente melhor respaldados.

Ao tratar do tema de avaliação de programas sociais e indicadores de impacto, Cohen e Franco (2013) afirmam que avaliação dos benefícios e custos da realização de projetos e investimentos avançou significativamente nos últimos 30 anos e até foi convertida em uma disciplina para os órgãos de financiamento. No entanto, no campo dos programas sociais essa realidade não se aplica. Os autores afirmam que as decisões nessa área são tomadas com as melhores intenções para atender as necessidades de determinada comunidade, mas carecem de uma análise técnica que permita medir o atingimento dos objetivos desses programas, assim como a eficiente utilização dos recursos destinados para essas iniciativas.

Cohen e Franco (2013) ressaltam que a instância central de avaliação de projetos sociais reside em determinar em que grau foram atingidas as finalidades do projeto. Para isso, é necessário dimensionar o objetivo geral em subconjuntos de objetivos específicos e atribuir metas a eles, as quais serão mensuradas por meio de indicadores. Nesse caso, os indicadores são a unidade que possibilita mensurar o atingimento dos objetivos específicos.

Sendo assim, entende-se que para atingir as finalidades do projeto social, em última instância, o processo de avaliação e construção de indicadores segue o seguinte fluxo:

CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE IMPACTO SOCIAL



Com base nesse fluxo², os autores afirmam que avaliação de impacto dos projetos sociais analisa os resultados dos efeitos do projeto. “A determinação do impacto exige o estabelecimento de objetivos operacionais e de um modelo causal que permita vincular o projeto com os efeitos resultantes de sua implementação.” (COHEN e FRANCO, 2013, pg.92).

Já, os indicadores de impacto, por sua vez, devem determinar o grau de alcance dos objetivos dos projetos, medindo se de fato ocorreram mudanças no público atendido pelo projeto, mensurando em que direção, medida e por quê ocorreram as mudanças.

Portanto, para avaliar os resultados e efeitos de um projeto social, os indicadores de impacto devem ser comparados em dois tempos diferentes, no começo e no final da realização do projeto, ou a partir de um determinado corte temporal.

² Fluxo criado por este pesquisador para ilustrar o processo de construção de indicadores de impacto social, segundo os autores Cohen e Franco (2013).

Dessa forma, será possível realizar inferências retrospectivas que facilitem a comparação e permitam avaliar a evolução das variáveis de controle.

2.4 Programa Segundo Tempo

2.4.1 Caracterização do PST

O Programa Segundo Tempo (PST), criado em 2003, é desenvolvido pela Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, do Ministério do Esporte do Brasil. Esse projeto é ofertado na forma de parcerias com prefeituras e compreende todo o território nacional.

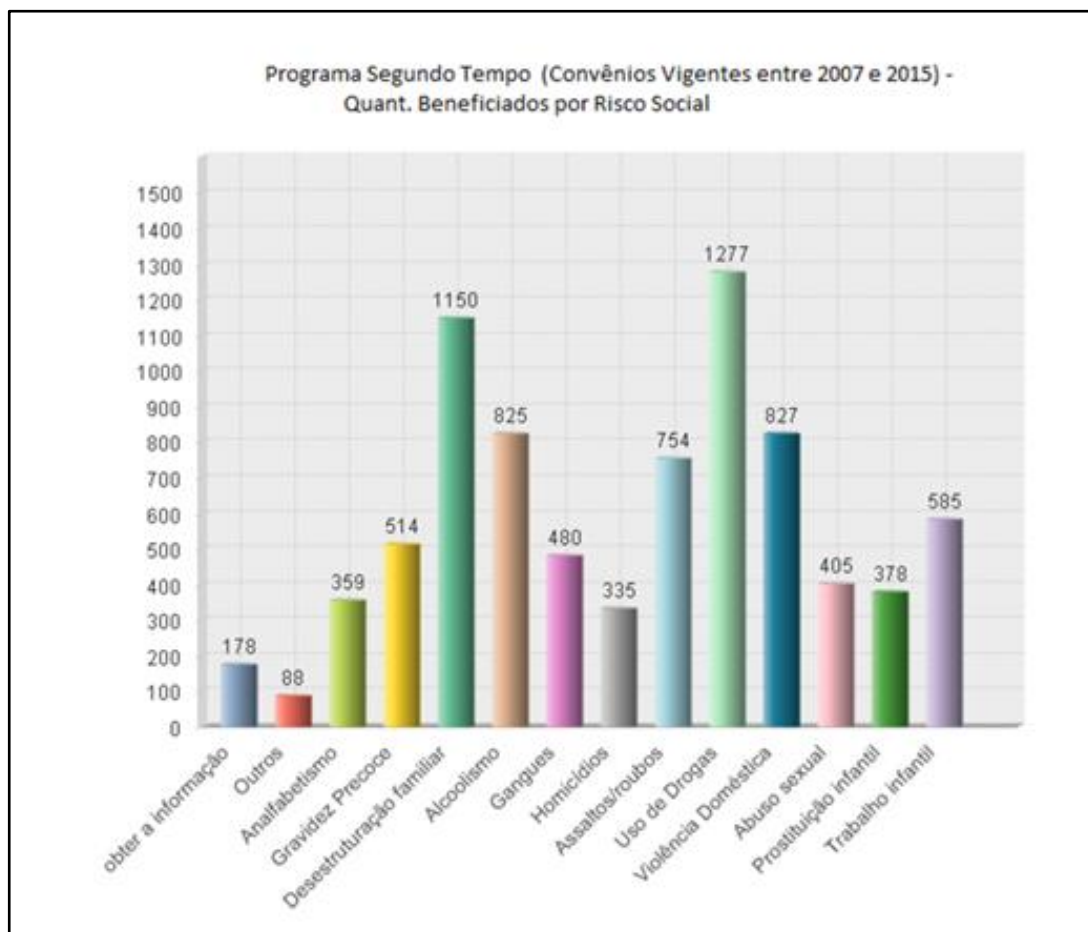
Os princípios do PST, conforme o Ministério do Esporte, são os seguintes: da reversão do quadro de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social; do esporte e do lazer como direito de cada um e dever do Estado; da universalização e inclusão social e; da democratização da gestão e da participação.

Segundo as diretrizes do PST de 2014, o programa tem como objetivo geral: democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social.

Os objetivos específicos do PST são: oferecer práticas esportivas educacionais, estimulando crianças e adolescentes a manter uma interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral; oferecer condições adequadas para a prática esportiva educacional de qualidade; desenvolver valores sociais; contribuir para a melhoria das capacidades físicas e habilidades motoras; contribuir para a melhoria da qualidade de vida (autoestima, convívio, integração social e saúde); contribuir para a diminuição da exposição aos riscos sociais (drogas, prostituição, gravidez precoce, criminalidade, trabalho infantil e a conscientização da prática esportiva, assegurando o exercício da cidadania).

De acordo com o levantamento disponível no Portal Projeto PST Brasil, o programa desempenha um papel importante na inclusão social. O gráfico abaixo aponta que os riscos mais frequentes aos que os beneficiados do programa estão

expostos são: uso de drogas, destruição familiar, violência doméstica e alcoolismo, assim como tantos outros riscos que podem comprometer a saúde e o comportamento de crianças, adolescentes e adultos (PORTAL PST BRASIL, 2017).



O diagnóstico apresentado neste gráfico demonstra a preocupação que o PST possui em buscar estratégias para intervir e continuar melhorando a vida dos beneficiados.

O site do Ministério do Esporte, acessado em 2016, relatava na época que alguns resultados do PST são esperados na forma de impactos diretos e indiretos. Como impactos diretos espera-se: melhoria no convívio e na integração social; melhoria na autoestima; melhoria das capacidades e habilidades motoras; melhoria das condições de saúde; aumento do número de praticantes de atividades esportivas educacionais; melhoria da qualificação de professores e estagiários de educação física pedagogia ou esporte envolvidos; e impactos indiretos na forma de: diminuição

da exposição dos participantes a riscos sociais; melhoria do rendimento escolar dos alunos envolvidos; diminuição da evasão nas escolas atendidas; geração de novos empregos no setor de educação física e esporte nos locais de abrangência do programa; melhoria na infraestrutura esportiva no sistema de ensino público do país e nas comunidades em geral.

Segundo dados do Ministério do Esporte, em 2013, foram atendidos 4,5 milhões de beneficiados, em mais de 3.600 municípios. Foram mais de 3.707 núcleos³ em 25.171 escolas.

De acordo com as diretrizes do PST em 2014, os núcleos devem ofertar no mínimo três modalidades esportivas, uma de esporte individual⁴ e duas de esportes coletivos⁵, sendo que após os 15 anos o aluno poderá optar por uma modalidade de acordo com seu interesse.

A carga horária semanal deve ser de seis horas de atividade, podendo ser distribuídas em duas sessões de três horas ou três sessões de duas horas, somando 24 horas mensais. Em relação às atividades esportivas, as diretrizes do PST de 2014 salientam que elas devem ter caráter educacional, objetivando o desenvolvimento integral dos alunos, favorecendo a consciência corporal, explorando seus limites, ampliando suas potencialidades, seu espírito de solidariedade, de cooperação e de respeito coletivo.

As atividades são realizadas no contra turno escolar e o público-alvo é composto de crianças, adolescentes e jovens a partir dos seis anos de idade, prioritariamente matriculados em escolas públicas e expostos a riscos sociais.

Considerando que o objetivo desta pesquisa é identificar, descrever e analisar as alterações nos objetivos e nos processos de avaliação do Programa Segundo Tempo, no período de 2007 a 2017, e sugerir indicadores de impacto que possibilitem verificar e mensurar o atingimento dos objetivos do PST, é importante compreender a evolução do programa na década pesquisada.

³ Os núcleos não se referem apenas aos espaços físicos onde ocorrem as atividades, mas à sua composição que pode ser formada por mais de um espaço físico desde que mantenham a mesma coordenação e se reportem a sede do núcleo.

⁴ Práticas individuais: atletismo, capoeira, ginásticas (rítmica, artística, olímpica), lutas, natação, tênis de campo, tênis de mesa, entre outras.

⁵ Práticas coletivas: basquetebol, futebol de campo, futsal, handebol, voleibol, entre outras.

Desde a sua criação, o PST apresentou uma série de oscilações, entre elas destacam-se: aumento e redução do número de convênios e, conseqüentemente, no total de núcleos e beneficiados, expansão significativa a partir da associação com outros programas sociais do governo e alteração na qualidade técnica de professores e monitores. Apesar dessas nuances, o programa tem uma grande relevância entre os projetos esportivos sociais desenvolvidos no Brasil, em razão de sua dimensão, chegando a atender milhões de brasileiros em situação de risco social, extensa produção pedagógica e crescente produção acadêmica.

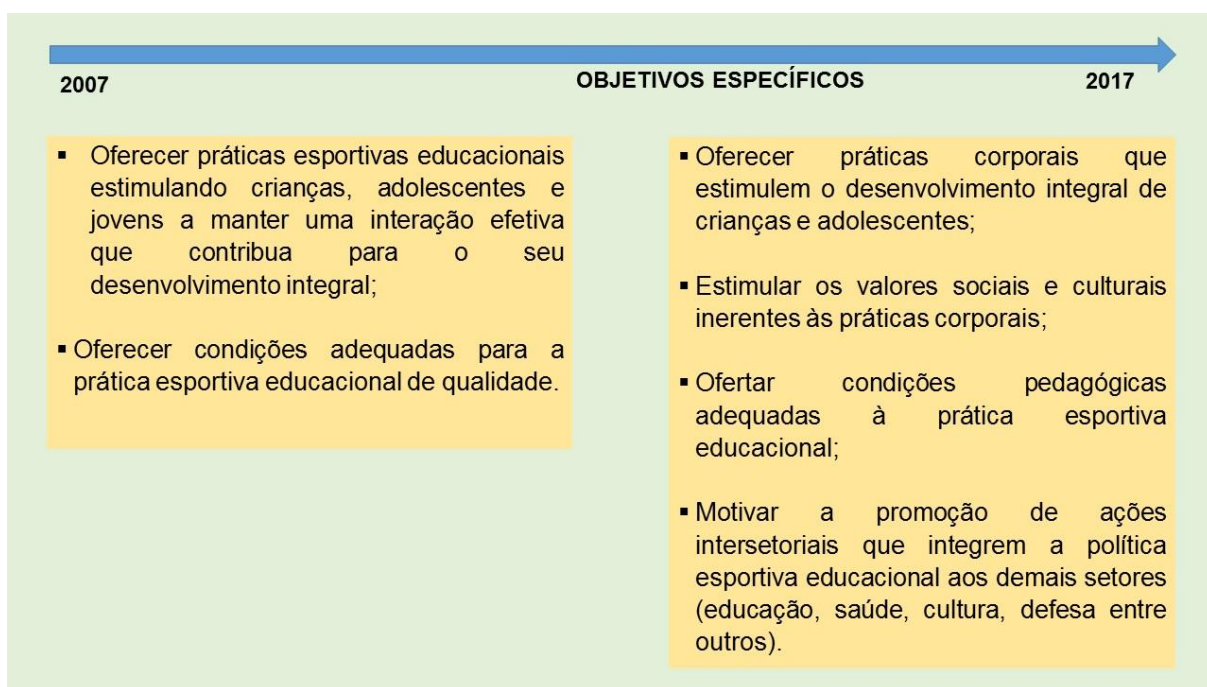
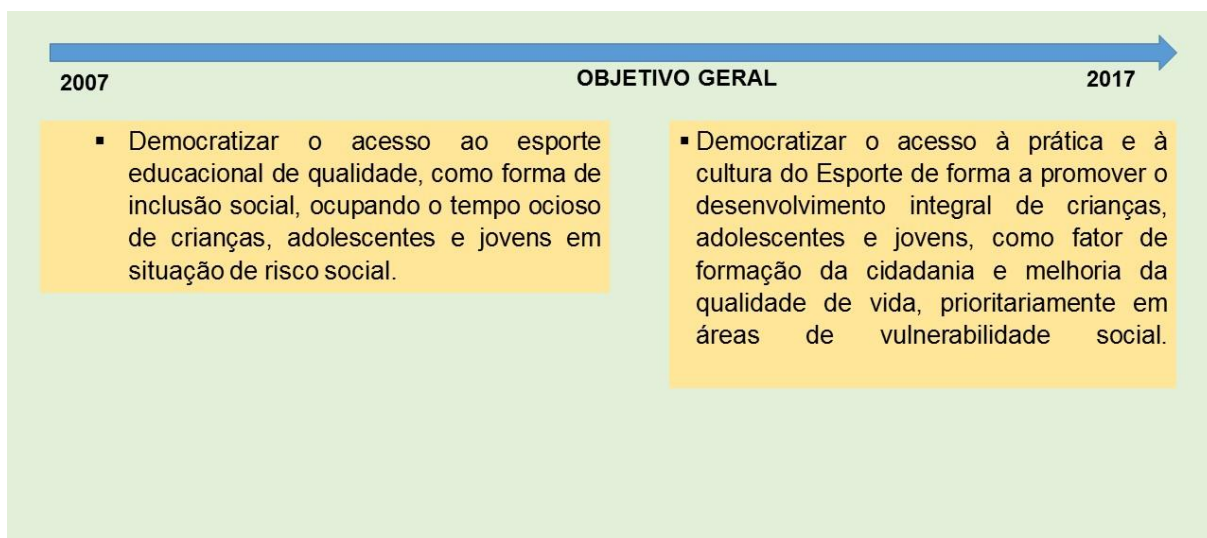
Para contribuir com a avaliação da trajetória do programa, foi elaborado por este pesquisador um quadro comparativo dos objetivos, processos de avaliação, produção acadêmica e dimensão do programa na última década (2007 a 2017), recorte de tempo utilizado neste estudo.

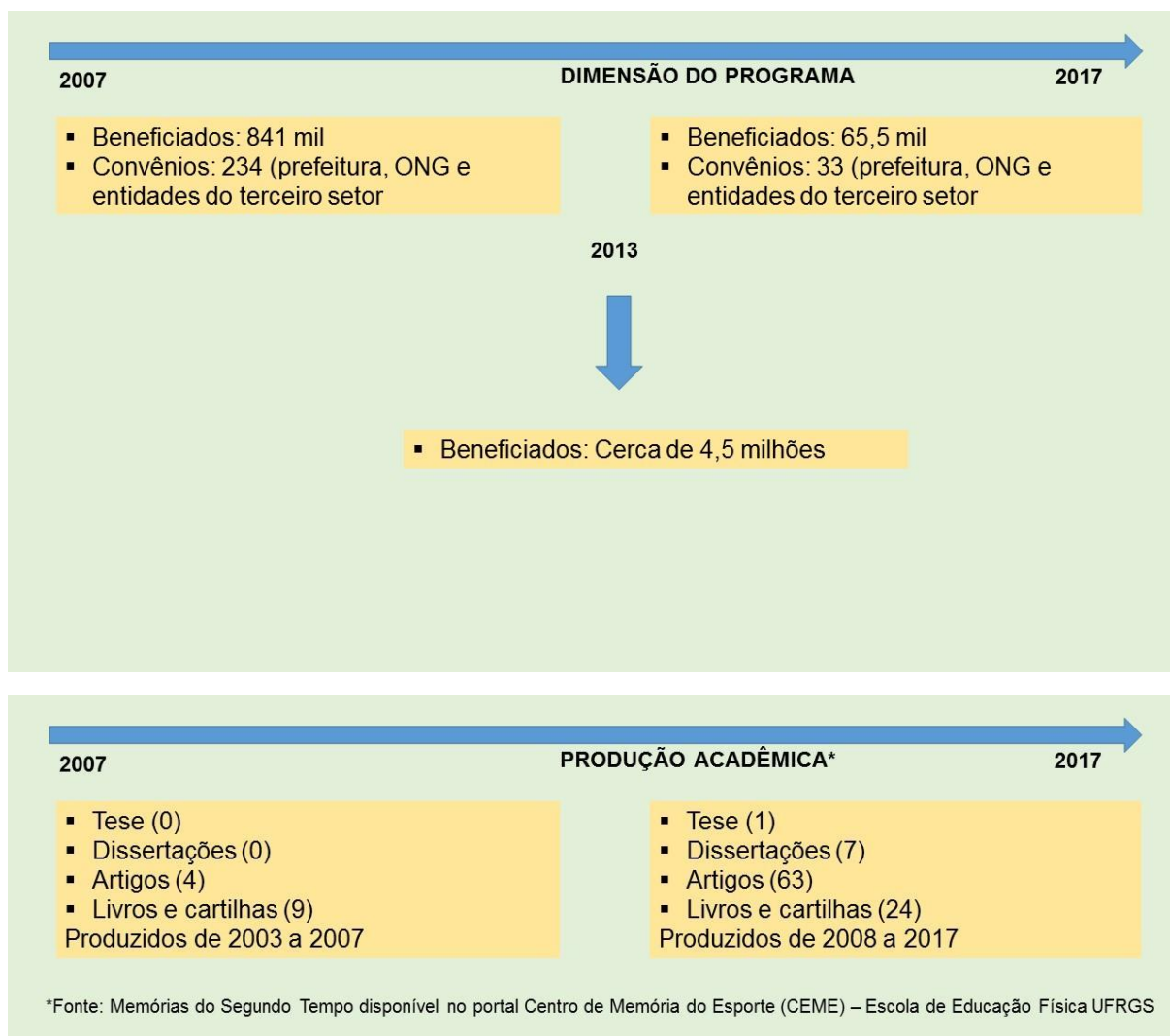
As fontes para a elaboração do quadro foram as informações disponibilizadas nas publicações oficiais⁶ sobre o PST e nos sites do Ministério do Esporte, do Centro de Memória do Esporte (CEME) da Faculdade de Educação Física da UFRGS e no Portal Projeto PST Brasil.

⁶ Fundamentos Pedagógicos para o Programa Segundo Tempo, 2008 e Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática, 2009, ambos produzidos pelo Ministério do Esporte.

EVOLUÇÃO DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO NA ÚLTIMA DÉCADA

(2007 a 2017)





A partir do cenário apresentado, pode-se inferir que houve alteração nos objetivos geral e específicos do programa pela identificação da dificuldade em mensurar o atingimento. Além disso, percebe-se ainda que alguns processos avaliativos propostos em 2007 foram retirados enquanto que em 2015 novos instrumentos de avaliação começaram a ser desenvolvidos.

A respeito da produção acadêmica do PST, a análise demonstra um crescimento contínuo a partir de 2007, com destaque para os anos de 2010 e 2014, para a produção de livros, a qual totaliza 24 livros até o momento. Já, a produção científica de teses e dissertações tem seu início em 2008 com a defesa de um trabalho por ano em média. Em relação aos artigos, observa-se que o primeiro foi publicado em 2006, chegando a 2017 com uma produção de 67 artigos catalogados no portal do CEME. (CEME, 2017).

2.4.2 Produção Científica sobre Avaliação do PST

Esta parte do estudo se destina a resumir e informar sobre a produção acadêmica relativa ao PST, se detendo a publicações que tratam da avaliação do PST junto aos seus beneficiados, objetivando verificar quais as mudanças provocadas pelo programa em suas vidas.

O material consultado consta do acervo do Projeto Memórias do Segundo Tempo. Este projeto é realizado pelo Centro de Memórias do Esporte (CEME), da Escola de Educação Física Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em parceria com o Ministério do Esporte, e “busca construir registros sobre a memória do PST gerando informações de diferente natureza: acadêmicas, de divulgação, históricas, entre outras.” (CEME 2017).

Segundo Cunha e Lorenzoni (2014), o PST é objeto de artigos em revistas de impacto desenvolvidos por pesquisadores internos e externos ao PST, demonstrando uma crescente e importante produção científica. Entretanto, quando se trata da avaliação do PST, a produção ainda é incipiente. Foram encontradas duas teses de doutorado, três dissertações de mestrado e dois artigos.

No ano de 2008, a dissertação de Cavasini avaliou um programa especial do Segundo Tempo, o PST/Navegar. Esse programa oferece a oportunidade da prática de esportes em contato com a natureza sendo oferecidas as modalidades esportivas de remo, vela e canoagem, além envolver os alunos em temas como educação ambiental, educação ambiental ao ar livre e intervenções de educação ambiental.

Cavasini (2008) investigou as contribuições do Projeto Navegar de Porto Alegre a seus alunos, nos anos de 2003 e 2004, os possíveis benefícios observados foram: promoção de saúde, desempenho escolar, prevenção da criminalidade, preservação do meio ambiente e desenvolvimento pessoal. O autor entrevistou doze jovens que participaram do projeto e investigou documentos como relatórios anuais e planos de aula e ensino das modalidades esportivas oferecidas produzidos pelo projeto.

Os resultados encontrados indicam que o projeto contribuiu em diversos aspectos, tais como: desenvolvimento de conhecimentos relacionados aos benefícios à saúde e possíveis riscos gerados pelos esportes, além da manutenção da prática de atividades esportivas e físicas; interesse na continuidade dos estudos, após o

término do ensino médio e relatos de melhorias no comportamento e desempenho escolar; identificação negativa do comportamento de indivíduos delinquentes e o potencial dos esportes para desestimular o uso de drogas e o envolvimento em atos de delinquência; ampliação do conhecimento, participação, atitude e consciência ligados às problemáticas ambientais; valorização dos relacionamentos interpessoais, desenvolvimento de competências de trabalho em equipe e liderança, bem como motivação e qualificação para atuação profissional, principalmente, em áreas relacionadas à Educação Física. Essa análise possibilitou que Cavasini afirmasse que o PST/Navegar contribuiu positivamente na vida dos jovens investigados.

Cavasini deu continuidade ao seu estudo sobre o PST, defendendo em 2016 a tese “Intervenções Pedagógicas de Educação Ambiental no Programa Segundo Tempo”, a qual teve o objetivo de identificar e descrever as intervenções pedagógicas de Educação Ambiental realizadas no Programa Segundo Tempo. Para a realização da pesquisa foram entrevistados professores com expertise nas áreas da Educação Ambiental e de iniciativas esportivas educacionais e colaboradores do que atuam em núcleos do Programa Segundo Tempo. Cavasini (2016) investigou nos 113 núcleos do PST, em que são realizadas intervenções pedagógicas de Educação Ambiental, as principais características dessas atividades educacionais. Os temas mais presentes foram saúde, qualidade de vida, preservação e conservação ambiental e os objetivos mais encontrados foram o desenvolvimento de comportamento e atitudes ambientais e a promoção da saúde e da qualidade de vida.

Em relação às propostas de Educação Ambiental, os destaques foram as atividades realizadas em conjunto com esportes e para a melhoria e manutenção da qualidade dos ambientes empregados pelos núcleos. Já os aspectos metodológicos que tiveram maior presença foram o contato com a natureza, a presença de desafios, o caráter teórico-prático, o uso de ambientes nos núcleos e nas escolas, além da utilização do futebol, do atletismo, do futsal e do trekking nas atividades educacionais.

Além disso, a pesquisa apontou que os instrumentos avaliativos mais empregados foram as observações e os debates; e os professores responsáveis, em sua maioria, da área da Educação Física, integrantes das equipes que atuam nos núcleos do Programa Segundo Tempo e sem qualificação específica em Educação Ambiental.

Outra tese defendida sobre o PST foi a de Santos (2011) que objetivou verificar se o Programa Segundo Tempo alcançou de forma prioritária aqueles municípios mais vulneráveis na escala nacional, intrarregional e estadual e identificar as instituições que foram mais efetivas em sua difusão no intervalo de tempo entre 2005 e 2009. O autor observou que o PST encontrava dificuldades para atender os mais vulneráveis.

Em relação às dissertações defendidas sobre o PST, Bezerra (2014) buscou responder a seguinte questão: Quais são os limites e possibilidades encontrados pelos monitores e coordenadores de núcleo do PST para aplicar as orientações teóricas e metodológicas nos núcleos do programa? O estudo relatou que as limitações enfrentadas pelos recursos humanos se relacionam com a não formação específica na área de Educação Física ou Esporte, pouca ou nenhuma experiência de trabalho com ensino de esporte anterior ao PST, fragilidades no processo de capacitação do PST por não possibilitar mais exemplos de experiências no ensino do esporte e pouco acompanhamento realizado pela Equipe Colaboradora.

Em 2009, foi publicada a dissertação de Athayde que procurou identificar as relações e possíveis contradições entre a gestão, o modelo conceitual e os efeitos inerentes à formulação, implementação e desenvolvimento do PST.

Em relação ao tema avaliação do PST, foram encontrados no portal do CEME dois artigos publicados em 2014, são eles: “Impacto das ações do Programa Segundo Tempo no município de Araras-SP: o olhar dos pais e responsáveis pelos beneficiados” e; “Para pensar a avaliação de políticas públicas de esporte e lazer”. Nos anos anteriores, pela análise dos títulos e resumos dos artigos, não se observou o desenvolvimento do tema avaliação com o foco mencionado.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 A Escolha do Método

Este estudo foi desenvolvido a partir da perspectiva da pesquisa qualitativa com caráter exploratório, na qual foram realizadas oito entrevistas semiestruturadas com integrantes das equipes gestora, pedagógica e de avaliação pedagógica do PST. Assim, foi possível compreender o que os gestores do programa entendem por objetivos do PST, relevância e processos avaliativos e desenvolvimento de indicadores de impacto do programa.

A opção pela entrevista semiestruturada deve-se ao fato de que essa técnica permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto abordado, uma vez que não limita as respostas a alternativas fechadas formuladas com antecedência.

3.2 Seleção dos Entrevistados

Os critérios empregados para a definição dos entrevistados foram elaborados levando em consideração a realização de pesquisa qualitativa, para a qual não há necessidade de representatividade em percentual da amostra, mas uma diversidade de sujeitos expostos ao tema pesquisado. Por isso, elegemos como sujeitos da pesquisa a equipe gestora, composta por quatro profissionais, sendo três professores de educação física e um da área de informática e a equipe pedagógica, formada por dois professores de educação física, sendo que um deles também pertence à equipe gestora.

No decorrer das entrevistas, foi sugerido que também fossem investigados os integrantes da equipe de avaliação pedagógica, a qual é composta por cinco professores de educação física. Com base nos relatos das equipes gestora e pedagógica, descritos abaixo, entendeu-se que a participação da equipe de avaliação pedagógica era fundamental para melhor compreensão e mensuração dos processos avaliativos e dos impactos do Programa Segundo Tempo.

“De dois anos pra cá foi instituída uma Equipe de Avaliação Pedagógica que também procura avaliar o próprio sistema, ela procura avaliar o quanto a capacitação é importante, o quanto as visitas são importantes, o quanto

que o acompanhamento pedagógico a distância é importante[...] Essa equipe está trabalhando com indicadores pedagógicos[...]" (ENTREVISTADO 03)

"Hoje nós temos uma comissão de avaliação que está estudando, que está estruturando, que é o professor Antônio Jorge da UFRJ que está capitaneando esse processo." (ENTREVISTADO 01)

"Talvez com essa nova avaliação do grupo do professor Antônio Jorge, talvez a gente tenha alguma coisa mais concreta." (ENTREVISTADO 04)

"[...] nós estamos colocando, desenvolvendo ainda uma equipe nova do PST, que chama a Equipe de Avaliação Pedagógica, que é comandada pelo professor Antônio Jorge Soares da Universidade Federal do Rio de Janeiro." (ENTREVISTADO 05)

"[...] o objetivo desse nosso último projeto, que se encerra no final do ano, foi de criar um sistema de avaliação, não só de avaliação do nosso projeto, mas também a avaliação com alguns impactos do Programa Segundo Tempo na vida dos beneficiários." (ENTREVISTADO 02)

Portanto, a amostra prevista inicialmente era de 10 entrevistados. Todos foram contatados via e-mail mediante carta de apresentação e convite para participar da entrevista (anexo 2). No entanto, aceitaram realizar a entrevista oito profissionais, sendo a totalidade da equipe gestora e pedagógica e três professores da equipe de avaliação pedagógica.

As entrevistas foram realizadas presencialmente e por Skype, no período de janeiro a junho de 2017. Os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo 3), concedendo permissão a este pesquisador para publicar os dados informados.

Para preservar a identidade dos entrevistados, eles foram numerados, por meio de sorteio, de um a oito. Considerando que foi entrevistada a equipe gestora e pedagógica e a maioria dos membros da equipe de avaliação pedagógica, indicada ao longo do estudo, sendo assim, acredita-se que foi possível ter um entendimento amplo dos temas de interesse desta pesquisa.

Os relatos dos sujeitos entrevistados foram analisados e interpretados a partir da técnica de análise de conteúdo de Flick (2009).

3.3 Procedimentos de Análise de Dados

Sobre o procedimento metodológico de análise qualitativa de conteúdo, Flick (2009) define como técnicas possíveis a síntese, onde o material é parafraseado, ou seja, trechos menos relevantes que possuam significados iguais são omitidos ou paráfrases similares podem ser condensadas e resumidas. Outra possibilidade é a análise explicativa do conteúdo que trabalha na direção oposta. Nesse caso, o pesquisador esclarece trechos difusos, ambíguos ou contraditórios que apareceram no relato dos entrevistados, buscando elementos fora do texto para auxiliar na compreensão do tema.

Com base nas definições acima descritas, o processo de análise foi realizado de acordo com as seguintes etapas:

- 1- Elaboração de um roteiro de entrevista focado nos objetivos do PST, processos de avaliação e indicadores de impacto (anexo 4 e 5);
- 2- Transcrição das entrevistas;
- 3- Descrição dos resultados em 3 categorias principais: objetivos, avaliação e indicadores de impacto; e suas subcategorias;
- 4- Elaboração de uma proposta de indicadores de avaliação em níveis para aplicação no PST.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Objetivos do Programa Segundo Tempo

Conforme descrito no site do Ministério do Esporte (2017), os objetivos geral e específicos atuais do Programa Segundo Tempo são:

- Democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social.
- Oferecer práticas corporais⁷ que estimulem o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes;
- Estimular os valores sociais e culturais inerentes às práticas corporais;
- Ofertar condições pedagógicas adequadas à prática esportiva educacional;
- Motivar a promoção de ações Inter setoriais que integrem a política esportiva educacional aos demais setores (educação, saúde, cultura, defesa entre outros).

Ao serem questionados sobre os objetivos do Programa Segundo Tempo, todos os entrevistados demonstraram conhecimento sobre o objetivo geral do PST: a democratização do acesso ao esporte educacional de qualidade, assim como o desenvolvimento de uma cultura esportiva para crianças e adolescentes em situação de risco social, além de promover melhoria na qualidade de vida e contribuição na formação da cidadania.

Em relação aos objetivos específicos do programa os entrevistados relataram da seguinte forma, no que diz respeito à oferta de condições pedagógicas adequadas à prática esportiva educacional, os entrevistados 01, 04, 06 e 08 destacaram o processo de capacitação pedagógica destinada a professores e monitores que irão

⁷ Compreende-se como práticas corporais o conceito apresentado pela Coleção Práticas Corporais e a organização do conhecimento (2014), que “se apresentam como manifestações culturais que podem possibilitar condições para a ampliação do número de praticantes, por conta de sua condição atrativa, assim como sua riqueza cultural, agregando sentido e significado à construção da formação integral, facilitando o vínculo dos participantes com os processos educativos formais”. Apresentam-se como possibilidades o esporte, as danças, as ginásticas, as lutas, a capoeira, as práticas corporais de aventura, as atividades circenses, dentre outras que compõem o universo da cultura corporal.

atuar com os beneficiados do programa. Essa capacitação tem como objetivos qualificar professores e monitores em relação à fundamentação pedagógica do Programa Segundo Tempo⁸, além de apresentar e disponibilizar o material de apoio pedagógico, partindo do princípio de que uma aula bem preparada e bem executada está diretamente relacionada a obtenção dos objetivos do programa.

O entrevistado 08 nos relata que: “[...] um dos principais objetivos do programa é subsidiar lá na ponta, os professores e monitores com a capacitação, na proposta PST, para o esporte educacional [...]”. Enquanto o entrevistado 04 atenta para a preparação em relação a questões do cotidiano das aulas “[...] os professores são capacitados a lidar com os diversos problemas que se encontram quando vai para ponta.” Já, os entrevistados 06 e 01 detalham um pouco mais os objetivos da capacitação pedagógica em relação ao desenvolvimento pessoal dos alunos do projeto:

“Além disso, o programa prevê a capacitação de monitores e professores envolvidos dentro dessa filosofia do PST, que vão além de uma compreensão melhor do programa e poder atuar com essas crianças e jovens, no sentido de oferecer algo mais fora da escola, que possibilite a eles um desenvolvimento através do esporte, de uma cultura esportiva através do esporte, com a inclusão social, com os benefícios todos que tem essa prática.” (ENTREVISTADO 06).

“[...] possibilitar a ele essa prática com qualidade o máximo que a gente consegue e nesse sentido, a gente tenta oferecer práticas corporais que estimulem seu desenvolvimento integral. Quando a gente fala de estimulem esse desenvolvimento integral, a gente tá por de trás utilizando toda a fundamentação teórica que a gente quer para esse programa. Porque a gente não trabalha o esporte pelo esporte, mas a gente utiliza o esporte como uma riqueza de formação e informação para esse garoto, para ele conseguir entender sua realidade e mundo social em que ele vive, estimulando nesse sentido, os valores sociais e culturais, tentando disponibilizar

⁸ “A fundamentação pedagógica do Programa Segundo Tempo pauta-se na oferta das práticas corporais com caráter educacional, de modo que os conteúdos presentes nas aulas contemplem ações planejadas, inclusivas e lúdicas a partir de diferentes dimensões, quais sejam: conceitual, procedimental e atitudinal.” (DIRETRIZES DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO, 2017)

condições adequadas para essa prática educacional.”
(ENTREVISTADO 01).

O entrevistado 04 ressalta de forma objetiva a importância do desenvolvimento da cultura esportiva nos beneficiados do projeto:

“[...] o grande objetivo é isso, não é só um esporte para deixar ele mais educado, ou ele melhorar na escola, é ele gostar do esporte também[...] Eu acho que o maior desafio é fazer com que eles gostem de esporte e levem isso para o resto da vida deles.”

Os entrevistados também comentaram a respeito de alguns objetivos implícitos, não declarados, descritos anteriormente nos objetivos e diretrizes do PST, ou comumente descritos como “bons objetivos” para projetos esportivos sociais. Como por exemplo o entrevistado 05, ao relatar a diminuição do tempo ocioso, “[...] o objetivo maior é esse, é manter ele o dia todo ocupado com atividades complementares à escola e com o foco principal no esporte.”

Em relação a ocupação do tempo livre, recupero as reflexões de alguns autores apresentadas no referencial teórico para pontuar o caráter salvacionista que adquirem alguns projetos esportivos sociais no País.

A ocupação do tempo ocioso é descrita por Silva (2010) como um objetivo comumente encontrado em grande parte dos projetos sociais desenvolvidos no Brasil. O autor afirma que é preciso tomar cuidado com os discursos moralizantes e salvacionistas que muitas vezes são atribuídos como objetivos dessas iniciativas, como por exemplo, a ocupação do tempo livre que é normalmente apresentada como a solução de problemas relacionados com criminalidade e violência.

Eiras (2010) também afirma que existe um discurso de que o esporte pode ser o salvador da humanidade e que por meio dele pode-se desenvolver física e moralmente crianças e adolescentes que estão em situação de risco social. Pereira (2015) reforça o questionamento, dizendo que o objetivo de ocupar o tempo dos alunos é assumido como meta, tirando crianças e adolescentes da rua, local onde estariam mais suscetíveis às ações e atividades ilegais.

Em relação a ocupação do tempo livre, Himara e Montagner (2012) salientam que ao retirar crianças e adolescentes das ruas se faz obrigatória a reflexão sobre “o

que” e “como” serão oferecidas as atividades, quais são os estímulos adequados para promover aprendizagens reais, mantendo os alunos motivados a permanecer no projeto até sua idade limite.

Em relação ao estímulo, a motivação e a eventos competitivos, o entrevistado 01 relata “[...] desde o início, estamos tentando convencer os parceiros a fazerem pequenos festivais para que a criança tenha uma motivação, a gente sabe muito bem que se não houver uma “competiçãozinha”, a criança perde o interesse.”. No mesmo sentido, “[...] eu acho que o maior desafio é fazer com que eles gostem de esporte e levem isso para o resto da vida deles, esse que é o grande desafio.” (ENTREVISTADO 04).

Ao relatar questões referentes a detecção e encaminhamento de talentos, o entrevistado 04 ressalta a importância da motivação e da aderência ao programa “[...] ele gostar do esporte, fazer esporte em todos os sentidos, ele vai gostar de aprender para vivenciar, para brincar melhor, para praticar melhor. A gente não sabe até onde esse sujeito vai [...]” no mesmo sentido o entrevistado 01 também identifica algumas dificuldades na sequência do encaminhamento:

“Encaminhar esses garotos para as práticas esportivas habilidosas, há uma falha no sistema esportivo nacional de continuidade, nós não estamos lá para detectar talentos. Entretanto, com essa massa de crianças que nós atendemos, é fato que a gente vai encontrar um ou outro que tenha destaque e esse garoto precisa ser encaminhado. A gente falha nesse sentido ainda, a gente não tem onde encaminhar, como encaminhar. Estamos tentando convencer o governo a ter uma linha de formação nesse sentido.”

Um exemplo de talentos que iniciaram suas trajetórias esportivas no PST são os medalhistas olímpicos, nos jogos do Rio de Janeiro em 2016, Erlon Silva e Isaquias Queirós, ambos atletas da canoagem.

Ao reportar as medalhas conquistadas por esses dois atletas, o Projeto PST Brasil publicou em seu site uma matéria intitulada⁹ “O PST servindo de estímulo à formação dos atletas brasileiros medalhistas na Rio 2016”, na qual destaca que:

⁹ A reportagem está disponível em: <https://projetopstbrasil.uem.br/portal/pt-br/noticias/260-pst-servindo-estimulo-formacao-atletas-brasileiros-medalhistas-rio-2016?r=1&width=1366>. Acessado em janeiro de 2017.

“Isaquias Queirós e Erlon Silva foram medalhistas na Rio 2016, com destaque a Isaquias que conseguiu três medalhas, sendo duas de prata e uma de bronze. Fato inédito para o Brasil.

Ambos tiveram passagem pelas ações disponibilizadas pelo Programa Segundo Tempo de suas regiões de formação. Essa é uma das funções básicas do PST, ou seja, possibilitar que novos talentos sejam estimulados a se manterem e se aperfeiçoarem nos esportes de suas preferências e aptidões. O fato de disponibilizar a população brasileira a chance de vivenciar esportes das mais diversas modalidades, pode provocar casos como esses e muitos outros que já se destacam em nível nacional e internacional.

Parabéns aos nossos medalhistas e que o PST continue a ser ofertado de ampliada para que efetivamente todas as nossas crianças, adolescentes e jovens possam usufruir dessas oportunidades e experiências.” (PORTAL PROJETO PST BRASIL, 2017).

4.1.1 Impressões sobre os objetivos mais relevantes

A questão seguinte foi desenvolvida em relação aos objetivos mais relevantes na percepção de cada um, dessa forma poderíamos perceber quais objetivos do programa se destacariam na fala dos entrevistados, contribuindo de forma significativa na organização e desenvolvimento de indicadores de impacto. Conforme afirmam Cohen e Franco (2013), há uma relação entre o processo de avaliação e a determinação em que grau foram alcançadas as finalidades do projeto. Isso é dimensionado por meio de um objetivo geral que é detalhado em subconjuntos de objetivos específicos, os quais são medidos por meio de metas que por sua vez são mensuradas através dos indicadores.

Dessa forma os objetivos mais relevantes apontados pelos entrevistados podem servir de guia para a proposição de indicadores de impacto para o PST. A questão do acesso ao esporte educacional de qualidade foi relatada pelos seguintes informantes 05 “[...] é você levar o esporte lá na ponta, custe o que custar [...] é levar o esporte de qualquer forma [...] é ter um espaço mínimo que seja para criança praticar o esporte. ”. Já o indivíduo 03 salienta a qualificação da proposta pedagógica “[...] o importante foi democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade [...] se o

cara coloca de qualidade, aí você envolve uma proposta pedagógica. [...] acredito que em relação a objetivos foi esse salto de qualidade.” Assim como o entrevistado 07 que descreve o esporte como um bem cultural e as experiências proporcionadas, “[...] é dar acesso às experiências de esporte educacional para as populações que não recebem esse bem cultural de qualidade[...] o mais importante é a socialização do esporte educacional.”

Complementando os apontamentos dos entrevistados 03, 05 e 07 os informantes 02 e 08 salientam também que o esporte é uma importante ferramenta, a qual é utilizada na busca pelo desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, sendo que os resultados estão diretamente ligados a capacitação dos professores e monitores, assim como a qualidade de sua atuação nos núcleos.

“Para mim os objetivos mais relevantes é essa possibilidade de oportunizar às crianças e jovens a prática do esporte. Eu acho que outro objetivo relevante também é que é a formação do cidadão através do esporte, quer dizer, o esporte é uma ferramenta valiosa, muito poderosa para interferir na formação dessas crianças e jovens. Eu acho que através dos esportes nós podemos passar muitos valores, muito conhecimento também para as crianças e jovens. Aqui não seria o local pra gente repetir todos os benefícios do esporte né? Desde que o obviamente seja conduzido, bem conduzido por pessoas que obviamente procurem ajudar a criança no seu desenvolvimento mais integral.” (ENTREVISTADO 02)

“Na realidade a inclusão social, ela é sem dúvida nenhuma o mais significativo. Você atender crianças em vulnerabilidade social, mas você só vai atingir isso se você olhar os objetivos de uma forma mais integrada. O atrativo para que você mantenha essa criança fora dos ambientes externos ao programa, que possam gerar questões de vulnerabilidade social é você ter uma prática de esportes que convençam a criança de que aquilo é significativo para ela, que ela continue motivada a aderir ao programa e permanecer nesse programa durante todo o tempo que é necessário para que ela tenha o conhecimento que se pretende que seja transmitido durante a prática do convênio. Ali no dia-a-dia, que são as sessões de aula, dois aspectos para mim são importantes, a criança tem que sentir que atividade que ela tá fazendo dentro do esporte educacional tenha significância para ela.” (ENTREVISTADO 08)

No entanto, o entrevistado 01 destaca o objetivo geral do Programa Segundo Tempo como o mais relevante, servindo como ponto de partida para outras ações do programa. Ele descreve o direito ao esporte, os esforços das equipes em qualificar e motivar os RHs envolvidos, afim de buscar uma maior compreensão e comprometimento com os pressupostos teóricos do PST, aumentando assim as probabilidades de proporcionar alterações efetivas na vida dos beneficiados.

“Eu vejo que o objetivo geral é o mais relevante inicialmente, porque a partir dele eu consigo muitas coisas, que é dar a chance a criança de ter uma prática corporal saudável e qualificada. Todo mundo tem direito, isso é um direito constitucional. Esse programa tem essa condição, de estar oferecendo isso para as crianças e a gente batalha muito para que isso aconteça. Consequentemente eu preciso ter um profissional qualificado para isso, então por detrás dessa qualificação, dessa prática corporal, eu preciso ter um profissional qualificado, eu preciso ter um monitor incentivado para estar oferecendo e aprendendo com essa prática. Obviamente se esse professor faz uma prática corporal qualificada com esses garotinhos, ele tá ensinando os valores sociais, ele tá provocando esse garoto para que ele tenha uma autoconfiança, uma auto estimulação, para uma melhor qualidade de vida e assim por diante. Então democratizando essa prática corporal qualificada, é o que eu vejo como o mais importante e que por detrás dela a gente vai ter todos esses outros aspectos. Então voltando tua pergunta, se nós conseguirmos realmente disponibilizar para os garotos e para os nossos jovens de uma forma geral essa prática qualificada, a gente vai atingir muita coisa [...]”.
(ENTREVISTADO 01)

4.1.2 Reflexões sobre a obtenção dos objetivos do PST

Um dos objetivos da entrevista era investigar como os informantes percebem o atingimento dos objetivos do Programa Segundo Tempo. Outra questão relevante era se os entrevistados percebem de alguma forma uma diferença entre os alunos que participam do projeto em relação aos que não participam.

Portanto, quando os entrevistados foram questionados: “O PST atinge os objetivos propostos?” Os entrevistados relataram dificuldades em afirmar tal questão ou uma percepção de parcialidade na obtenção dos objetivos. Sendo assim, em

relação aos objetivos que buscam a democratização, o acesso ao esporte educacional e questões referentes à qualificação pedagógica do PST, foram relatadas como resultados alcançados. Em relação à proposta pedagógica do programa os informantes nos dizem que:

“[...] eu acho que no aspecto qualitativo do programa ele teve sucesso em relação a outras tentativas anteriores [...]. Em relação à proposta pedagógica, ao desenvolvimento pedagógico eu acho que o programa teve sucesso e pode referenciar novas iniciativas [...]” (ENTREVISTADO 03)

“Acredito que tem algum efeito, desde a produção de material didático das capacitações até a ponta que é a intervenção dos monitores e professores, as ações têm reflexos significativos, talvez não na expectativa que seja de 100%, mas grande parte, tanto dos capacitados professores e monitores quanto dos beneficiados que tem recebido essas informações e têm apresentado algumas alterações de comportamento, desenvolvimento de habilidades e de uma compreensão melhor desse trabalho que é feito com as crianças e jovens, utilizando a matéria principal que é o esporte, da educação através do Esporte.” (ENTREVISTADO 06)

“[...] o programa atinge o objetivo com certeza de socializar o modelo pedagógico junto aos docentes da ponta. Eu acho que esse objetivo a gente pode dizer que o programa atingiu, ele gerou um modelo pedagógico que pode ser transferido para a educação física, que atinge os docentes.” (ENTREVISTADO 07).

Em relação aos os objetivos que são descritos como parcialmente atingidos, o entrevistado 04 nos relata da seguinte forma: “Eu acho que é parcial e dizendo pedagogicamente, dentro da quadra, eu acho que é parcial [...] pelos relatórios que a gente faz em cada visita eu acredito que seja parcial[...]” Ele ainda explica que o relatório produzido durante as visitas aos núcleos não destina um olhar mais direcionado aos objetivos do programa. Esse relatório informa questões relacionadas ao funcionamento, o que permite a identificação de alguns resultados do núcleo, mas não determina a mensuração de resultados do PST. O entrevistado 07 nos relata que apesar do programa ter gerado oportunidades, não existem ainda instrumentos que possibilitem a verificação dos efeitos do programa nos seus beneficiados:

“[...] os efeitos do programa no beneficiário direto eu acredito pode ter, pode não ter, mas eu não tenho instrumento [...] Ele gera oportunidades, agora medir essa experiência é que nós não sabemos, mas esse objetivo ele atende, de oportunizar experiências com atividades corporais e com o esporte educacional, com todos os valores da inclusão, o valor do projeto social e isso ele gera, isso eu posso falar que ele gera, agora os efeitos disso na clientela eu não sei te dizer. ”

Assim como o entrevistado 07, em relação a impossibilidade de mensuração dos objetivos do PST, o informante 01 afirma: “[...] eu só tô te dando uma percepção, não tem nenhuma, não tem nenhum estudo nesse sentido. ”; no mesmo sentido o indivíduo 03, comenta “Não dá pra dizer que o programa Segundo Tempo diminuiu a criminalidade, o acesso às drogas, a prostituição infantil, a gravidez juvenil, não dá pra gente dizer que o programa de forma geral tenha atingido esses objetivos. ” O entrevistado 03 questiona os aspectos sociais e esportivos relativos ao PST: “Como dizer que ele virou um cidadão melhor? É uma área muito complicada e faz parte dos objetivos. Ele melhorou esportivamente? Também é um outro problema, vamos fazer teste físico? Tem gente que é contra [...].”

Em relação a localização dos núcleos, percebe-se que a princípio, nem sempre ele está em local de vulnerabilidade social, como afirma o entrevistado 08:

“É difícil você ponderar isso, porque o objetivo dele é por exemplo, atingir zonas de vulnerabilidade social, então nós fomos fazer um levantamento de quais eram as zonas de vulnerabilidade social e nem sempre o PST estava nas zonas de vulnerabilidade social que exigiam. Nós temos que repensar isso, talvez direcionar o programa para outros locais que a gente não estava direcionando anteriormente [...]”. (ENTREVISTADO 7)

Quando os entrevistados foram questionados sobre se eles percebem alguma diferença entre os alunos que participam do PST e as crianças e adolescentes que não participam do programa, eles relataram não haver estudos que busquem essa comparação. No entanto, comentam que há uma preocupação com os alunos que chegam ao programa para que eles se sintam acolhidos e que as ações pedagógicas promovam algumas alterações no comportamento, na saúde e no desenvolvimento pessoal dos beneficiados.

“A gente nunca teve essa preocupação, a gente nunca fez uma análise vinculada a isso, quem está dentro do programa e quem está fora do programa. A gente sempre tenta fazer a diferença para quem consegue chegar até o programa. [...] mas aqueles que ficam, a gente pode perceber neles um sorriso diferente, uma boa tarde diferente, ou envolvimento social bastante grande.” (ENTREVISTADO 01)

“[...] eu acho que eles podem se diferenciar sim, na questão de convivência, de aprender a dividir, aprender a ganhar, aprender a perder. Enfim, eu acho que isso sim faz uma diferença na vida do jovem. E se nós formos olhar pelo lado da saúde, também a gente obviamente espera que com essas práticas todas que são oferecidas à criança e ao jovem se tornem pessoas ativas fisicamente e obviamente contribuindo para a saúde dessas pessoas.” (ENTREVISTADO 02)

Ainda conseguimos perceber a crença de que as boas práticas se multiplicam e que a falta de estudos ainda é um fato relevante. Sobre esse aspecto, o entrevistado 02 comenta:

“[...] a gente não tem assim dados concretos, dados reais. Então acho que vai muito mais assim, no que é bom, no que a gente tem visto na vida real, do que a literatura nos fala. Realmente nos falta um estudo para a gente poder afirmar com certeza, mas obviamente nós trabalhamos com a crença de que sim de que interfere positivamente na vida das crianças.”

Complementando a fala, o entrevistado 05 afirma que: “[...]eu não consigo responder isso e nem temos um instrumento hoje no sistema que nos trazem essa informação diretamente.” Nesse sentido, o entrevistado 04 salienta a importância de instrumentos de avaliação afim de mensurar os resultados do PST e de qualquer outra iniciativa de ensino social:

“[...] por mim você tem que avaliar tudo, a parte motora, parte emocional, avaliar tudo. É esporte, se você tirar o esporte e colocar pintura vai dar na mesma, então como é esporte, ele tem que ficar mais rápido, mais forte... se ele melhorar 1% ou um milhão por cento e ter assim que ele tem que melhorar um pouquinho em relação a ele mesmo é a prática esportiva, é o esporte.” (ENTREVISTADO 04).

O entrevistado 08 nos informa uma visão em dois momentos, de quando ele não integrava a equipe de avaliação pedagógica e após entrar para a equipe do programa. Ele destaca que sua percepção em relação ao programa foi alterada devido a percepção de diversos princípios e qualidades, frutos de um grande esforço em qualificar cada vez mais as iniciativas do PST, aumentando assim as possibilidades de obtenção dos objetivos do programa. O entrevistado também informa sobre os modelos de avaliação até então empregados pelo programa:

“[...]quando eu estava fora do PST, que eu só olhava, eu achava que se gastava muito dinheiro no programa e que se fazia muita coisa e que não acontecia quase nada. Quando eu entrei para equipe de avaliação, eu verifiquei que tem muita coisa boa sim sendo feita, a proposta pedagógica é muito boa. [...] com o formato da avaliação que o PST tinha antes, nós não conseguimos identificar qual era o impacto, não era medido, ele era medido muito de uma forma superficial, eu não tenho nada contra as metodologias qualitativas, mas quando você vai tratar com dinheiro público eu acho que a relação tem que ser um pouco mais direta, se eu vou investir tanto, eu gostaria de ter tanto de resultado.” (ENTREVISTADO 08)

Gostaria de salientar que embora as informações contidas neste capítulo sejam impressões dos entrevistados em relação aos objetivos e aos alunos do PST, todos os entrevistados demonstram a crença e a dedicação inerentes a quem busca desenvolver atividades relacionadas à inclusão social. Como citado pelo entrevistado 08, que ao integrar o PST sintetiza a dedicação e o carinho destinados ao Programa Segundo Tempo:

“Hoje eu vejo que o programa é muito sério, as pessoas que estão ali estão muito comprometidas com que estão fazendo, até às vezes muito mais comprometidas que o próprio trabalho dentro da universidade.” (ENTREVISTADO 08)

4.1.3 Alterações nos objetivos do PST na última década

A respeito das alterações dos objetivos ao longo da última década, período de análise selecionado para esta pesquisa, os entrevistados apontam que houve uma

necessidade de readequação para ajustá-los à realidade social e às reais possibilidades de contribuição do projeto com as comunidades onde está inserido.

Para facilitar a análise dos relatos, reproduzo aqui novamente os objetivos do PST em 2007 e 2017.



Na visão de vários entrevistados, os objetivos iniciais do projeto foram alterados ao longo de sua trajetória para terem maior adequação à realidade.

“Os objetivos iniciais Programa Segundo Tempo eram muito audaciosos, eu posso dizer que o programa é um sonho na verdade, né? Claro que eu gostaria de provocar tudo aquilo lá, mas conhecendo a realidade, conhecendo

a realidade administrativa e gerencial do nosso governo federal, da burocracia, da falta de condições e de conhecimento dos nossos parceiros em seus municípios ou nas suas instituições e com esses problemas todos, aí a gente teve que redimensionar os objetivos. Então, saímos de uma expectativa muito grande para uma expectativa um pouquinho mais real, eu poderia dizer [...] então, ao invés de eu falar que eu vou fazer com que a criança fique mais tempo dentro da escola, eu vou estimular que haja um vínculo maior da criança com o sistema educacional, estimular que a criança tenha um vínculo com as práticas esportivas de forma mais efetiva, mas eu não posso garantir com esse tempo que eu tenho que ela vai fazer isso e tal. Então, foi-se adequando os objetivos, no sentido de que eles fossem mais reais e menos utópicos na concepção.” (ENTREVISTADO 01).

“[...] o que começou lá em 2007, na verdade antes de 2007, foi se modificando, os objetivos ao longo dos anos foram se modificando, mas eles foram criando projetos especiais a partir do Segundo Tempo.” (ENTREVISTADO 02).

“Eu acho que eles foram aprimorados, mais voltados para a realidade. [...] não adianta você criar um objetivo que você não tem como controlar depois, como é o programa de esporte, não sei se primeiro, mas junto ali, entre aprender um esporte, através do esporte dar essa condição de aprendizagens do sujeito, para que ele possa levar isso para casa, quando ele for embora, além do programa, no dia a dia.” (ENTREVISTADO 04)

Na visão de outros informantes, os objetivos não mudaram, tiveram pequenos ajustes, mas a essência continuou a mesma.

“Os objetivos foram mantidos, então assim, pequenas mudanças talvez na redação dos objetivos, mas os objetivos principais e as metas de atendimento estão mantidas. Tão pouca coisa mudou, mas as principais linhas orientadoras do projeto que preveem o atendimento de crianças e jovens em vulnerabilidade social, o atendimento específico a eles através do esporte como fator educativo para que eles possam se reintegrar à sociedade.” (ENTREVISTADO 06)

“Eu diria que pouco se alterou. Ao longo do tempo, nós passamos a sofisticar mais a pedagogia dos materiais táticos, com as novas formas de classificação dos esportes, eu diria que em meio a essas mudanças operadas ao longo desse tempo de existência, que elas estão amarradas naqueles princípios teóricos que já estavam lá no primeiro livro, depois no segundo livro de base e fundamentação teórica, que é a ideia de ensinar o

esporte com um grau de desafio adequado.”
(ENTREVISTADO 07)

“Eu acredito que a base teórica do programa ela não sofreu tantas modificações [...] O que na realidade muda em termos dos objetivos são as estratégias e metodologias para que o programa aconteça. O programa desenvolveu muitas estratégias em termos de capacitação, em termos de formação continuada.” (ENTREVISTADO 08)

Com base nos relatos apresentados, pode-se concluir que as percepções sobre o ajuste dos objetivos nos últimos dez anos e aprimoramento do programa foram percebidas de forma diversa pelos informantes. Um grupo entende que inicialmente os objetivos do PST eram utópicos, distanciados da realidade, e, portanto, de difícil atingimento, em razão disso é que o programa se ajustou. Já outro grupo entende os ajustes como pouco significativos e para eles a essência dos objetivos atuais é a mesma de 2007.

4.1.4 Relação atualizada dos objetivos do PST

Considerando que existem várias fontes de consulta sobre os objetivos do PST e em alguns dados são divergentes foi importante questionar os entrevistados sobre quais as referências que devem ser utilizadas nesta investigação. Portanto, os livros e o site do Ministério do Esporte foram os mais citados. Considerando que esses livros foram publicados em 2008 e 2009, e que já foi informado que os objetivos do PST passaram por alterações nesse período, devemos considerar o site do Ministério do Esporte como uma fonte mais atualizada, devido a sua agilidade de divulgação de informações. Os entrevistados elencaram cinco possibilidades de busca que seguem abaixo:

- Site do Ministério do Esporte: entrevistados 02, 04, 05, 06 e 07.
- Livros¹⁰: entrevistados 03, 05, 06, 07 e 08.
- Diretrizes do PST¹¹: entrevistados 03, 04, 05 e 06.

¹⁰ Os livros relacionados pelos entrevistados foram os seguintes: Fundamentos Pedagógicos para o Programa Segundo Tempo e Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática. Esses livros também são referenciados de forma informal pelos integrantes do programa como “Capa Verde” e “Capa Branca” respectivamente.

¹¹ Em relação as diretrizes do PST, salienta-se que foi publicada uma nova edição em 2017.

- Documentos oficiais¹²: 04, 05, e 06.
- Site do CEME-UFRGS: entrevistado 04.

Todas as cinco fontes foram consultadas e o material contribuiu como subsídio na análise documental desta pesquisa.

4.1.5 Dificuldades relatadas para a obtenção dos objetivos do PST

Uma grande dificuldade que o PST enfrenta é a frequente oscilação da visão política sobre o programa, o que acaba impactando a sua dimensão. O PST apresentou expansão até 2015 e logo em seguida sofreu expressiva redução no quantitativo de convênios, núcleos e beneficiados. Em relação a expansão do PST e algumas consequências, o entrevistado 01 relata que “A gente chegou a um atendimento de quase 4 milhões de crianças a dois anos atrás, isso foi em 20015 [...] as políticas mudaram, a gente tá tentando ir direto na escola, mas não está fácil [...]”. No mesmo sentido, o entrevistado 03 reforça a redução do volume de beneficiados, mas ao mesmo tempo um aumento na qualidade pedagógica do Programa Segundo Tempo.

“A gente teve um momento no programa de grande expansão que não foi acompanhada de uma qualidade pedagógica. Num segundo momento, a gente conseguiu a partir de toda uma estrutura criada, chegar a um modelo pedagógico interessante. Acredito que o programa, de 2012 pra cá foi perdendo amplitude, chegando hoje, a uma amplitude talvez mais baixa de sua história, se atingiu um quantitativo mais baixo da história do programa, acredito que esteja acontecendo agora. A gente pode dizer o seguinte, que em termos de qualidade de atendimento o programa teve um aumento e ele pode ser referência para outras iniciativas esportivas.” (ENTREVISTADO 03)

As principais dificuldades descritas pelos entrevistados no decorrer do período analisado estão relacionados com qualquer elemento que possa interferir negativamente na obtenção dos objetivos do Programa Segundo Tempo. Dessa forma, são questões relacionadas à formação, qualificação e rotatividade dos professores e monitores que atuam diretamente com os beneficiados; a evasão e

¹² Documentos oficiais foram citados por alguns entrevistados que se referiram a diário oficial, documentos e relatórios produzidos pelo Ministério do Esporte, SNEELIS e SIAPA.

rotatividade de alunos do projeto; relação com questões de infraestrutura dos núcleos e oferta de outros projetos; questões relacionadas a burocracia; a relação do projeto com as decisões políticas e as atividades interministeriais. Embora esses problemas relatados possam ser distribuídos em diversos níveis, vários podem estar relacionados, estabelecendo sérios problemas de planejamento, implementação e execução do PST.

Em relação a questões políticas, interministeriais e ministeriais descritas, podemos afirmar que o fato do Programa Segundo Tempo não ter ainda se tornado uma política de Estado, deixa o PST ao sabor do vento das mudanças ministeriais e da secretaria a qual está vinculado. Sendo assim, interfere significativamente, em questões como a destinação de verbas para o programa, podendo dificultar a renovação de convênios e, por consequência, a continuidade das atividades nos núcleos, na motivação e retenção de professores e monitores, assim como na permanência dos beneficiados do projeto.

Dessa forma, o entrevistado 01, 04 e 05 relatam a fragilidade das políticas públicas em relação a ocupação de cargos políticos, sendo que o informante 01 diz o seguinte, “Infelizmente cada partido que assume um ministério quer que ele seja a estrela, ele quer ser protagonista, se ele não é o protagonista isso acaba não acontecendo. [...] isso fragiliza esse nosso objetivo maior que é da situação interministerial.” No mesmo sentido, o entrevistado 04 relata da seguinte forma, “[...] é uma secretaria, que trocou muito de pessoas e de liderança, aquela coisa política que eu te falava, mas deve-se manter o programa, e o entrevistado 05 conclui:

“[...] o programa tem que virar uma política pública, ele tem que deixar de ficar ao vento. [...] entrou um secretário, que é do partido tal, por causa do ministro, então pára o programa e vai fazer outra coisa. [...] não pode parar, não pode parar, tem que ser uma coisa respeitada. (ENTREVISTADO 05)

Outras dificuldades apontadas dizem respeito às relações interministeriais, ou melhor a não relação interministerial. Os entrevistados referem a falta de comunicação como uma importante fonte de desperdício de dinheiro público, chegando algumas

vezes a duplicar alguns programas oferecidos à população na mesma região, gerando assim a falta de programas em outros locais. Sobre esse contexto, os entrevistados 04 e 01 nos dizem o seguinte:

“Os ministérios não se comunicam. Pela minha experiência os ministérios não se conversam, se o Ministério do Desenvolvimento Social cria o programa dele, ele vai lá, na mesma comunidade que tem o segundo tempo, aí vem o MEC que tem um outro programa naquela escola, eles não se conversam. Você não consegue identificar um local, a gente já chegou lá e tem quatro projetos sociais na mesma área, aí o menino, a gente sabe o que ele faz (fica transitando em diversos projetos). Tá tudo concentrado num lugar, é porque os ministérios não se conversam, tem muito em um lugar só e às vezes nada em outro lugar.” (ENTREVISTADO 04).

“A gente ainda falha muito na questão de ações interministeriais, a gente teria que estar muito mais perto do ministério da assistência social, do ministério da saúde, do ministério da educação. Na verdade, os ministérios, não estou dizendo que o programa é do esporte, mas é o programa dos ministérios, cada um trabalha na sua janelinha, no seu quatinho, eles não se comunicam. A gente chega ao cúmulo, por exemplo, quando a gente estava com o Mais Educação, o Ministério da Saúde tinha um programa de saúde na escola e nós tínhamos também o nosso programa de avaliação. Os mesmos aparelhos, que eram uma balancinha e uma fita métrica, então eles doavam e nós também, e os objetivos eram os mesmos. Cara como é que pode isso? Então, quem é que cuida dessas coisas? Ou seja, não há uma conversa interministerial, então eu vejo que ainda precisa de força política para isso. Infelizmente, não adianta eu ir lá como um consultor do ministério do esporte, eu até faço isso, eu sou meio abelhudo, eu vou lá e contato um camarada da educação, da saúde e falo pra eles irem, mas morre porque eles também são subalternos e se não houver uma vontade política [...]” (ENTREVISTADO 01)

Em relação a diversos programas oferecidos na mesma região ou no mesmo local, o indivíduo 03 nos relata situações observadas enquanto ele realizava visitas a núcleos do PST:

“[...] a gente via muitas vezes os alunos do Programa Segundo Tempo com a camiseta de outro programa. ...a gente tinha essa concorrência entre aspas, isso sempre..., às vezes há uma oferta muito grande de programas para

as mesmas crianças enquanto outros lugares que não tinham oferta nenhuma.”

Ainda discorrendo sobre as dificuldades políticas e administrativas, a falta de qualificação dos agentes que planejam e organizam os convênios nos municípios e instituições, uma questão administrativa equivocada, a qual na hora da renovação não consegue perceber boas iniciativas, interferindo diretamente nas ações dos núcleos e consequentemente dificultando a obtenção dos objetivos do Programa Segundo Tempo. Os entrevistados 01 e 04 relatam essas dificuldades da seguinte forma:

“[...] conhecendo a realidade administrativa e gerencial do nosso governo federal, da burocracia, da falta de condições e de conhecimento dos nossos parceiros em seus municípios ou nas suas instituições, porque eles não conseguem dar conta da gestão de um projeto de uma forma célere. Isso complica muito, então eu perco um professor com muita facilidade, eu não consigo ter o meu garoto por mais de 2 anos. Inicialmente, em 2007, o convênio era de ano em ano, a gente conseguiu depois em 2009 fazer com que os programas tivessem 2 anos de duração, só que eram 2 anos e ainda continuam 2 anos. A gente não consegue de imediato ter uma renovação deste convênio [...]” (ENTREVISTADO 01)

“Um problema é a visão administrativa, a visão administrativa não tem esse olhar sequencial, não há uma preocupação e a gente já viu um convênio muito bom... porque tem duas partes, têm a própria cidade não quer renovar, porque a burocracia administrativa também é muito grande e esse é um problema. E tem a questão de ter que concorrer de novo, são duas coisas, primeiro é o próprio parceiro que não tem interesse em renovar e segundo é a própria falta de visão do ministério de não atender isso. A gente nunca percebeu lá a preocupação de que a tal cidade... Canoas teve um ano que foi muito bom, então Canoas tem que repetir tem que renovar, mas Canoas foi bom um ano e meio? Foi bom em um ano e meio e acabou.” (ENTREVISTADO 04).

Os entrevistados 01 e 04 concluem da seguinte forma em relação a agilidade, renovação e continuidade dos convênios, eles destacam a importância do reconhecimento das boas iniciativas, permitindo a sua continuidade de forma mais ágil e menos burocrática, possibilitando a permanência dos alunos por mais tempo junto às atividades do PST sem criar um intervalo de tempo referente a renovação dos convênios, podendo assim se tornar um importante legado.

“Outro problema que a gente tem, como qualquer objetivo é que falta a sequência, o Segundo Tempo não é um programa de sequência, não adianta falar que você vai trabalhar com jovens em um programa social, que ele vai receber, que ele aprende, que ele mude como cidadão se você ficar um ano, um ano e meio.” (ENTREVISTADO 04)

“[...] você quer é deixar um legado? Porque você vai ficar 2 anos, só que só você vai embora né? [...] possibilite que os bons convênios sejam mantidos, ou seja, que ele tenha a continuidade, porque ele não precisa interromper a atividade dele. Ele fez os dois anos, antes dos dois anos, lá por um ano e meio, ele começa a preparar os relatórios e entregar, se ele tiver ok, renova por dois anos e ele não perde as crianças não perde os RHs [...]” (ENTREVISTADO 01)

A falta de preparação por parte dos profissionais que integram as equipes dos convênios pode ser exemplificada em uma passagem nos relatos de campo deste pesquisador. No período em que era professor do PST-Navegar¹³ em Porto Alegre, RS, o convênio previa um período de atividades de 24 meses, e o contrato da prefeitura municipal de Porto Alegre com a empresa que transportava os alunos até o núcleo foi de apenas 18 meses, dessa forma os alunos não tiveram a oportunidade de ficar no projeto por mais seis meses, um quarto do período, não podendo assim completar o ciclo de atividades previstas nos planos de desenvolvimento do PST-Navegar¹⁴ e dificultando a obtenção dos objetivos propostos pelo programa.

Outro ponto levantado pelos entrevistados foi em relação a infraestrutura onde são realizadas as atividades nos núcleos, uma boa condição de aula contribui diretamente para a obtenção dos objetivos. Sendo assim, o entrevistado 04 destaca a importância das condições ideais para o desenvolvimento das aulas e da qualidade dos materiais disponíveis nos núcleos, que geralmente se resumem “[...] a meia dúzia de bolas e tá bom demais [...]”. De forma complementar o entrevistado 07 destaca

¹³ O PST-Navegar é um projeto especial do Programa Segundo Tempo, desenvolve as modalidades náuticas de remo, vela e canoagem além de forte vinculação com os esportes e atividades físicas na natureza e atividades de educação ambiental e educação ambiental ao ar livre.

¹⁴ Para maiores informações referentes ao PST-Navegar e o ciclo pedagógico do programa o livro produzido pela equipe do PST-Navegar está disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/94632>

questões referentes a infraestrutura dos núcleos, chegando a contradizer as falas de alguns entrevistados que afirmam ser condição inerente ao PST a possibilidade de desenvolvimento de atividades em qualquer local. Ele ressalta a importância de um local minimamente estruturado para o desenvolvimento das práticas corporais e esportivas do programa.

“[...] não me agrada muito a ideia, nunca me agradou, eu sei que você poderia dizer que com isso a gente rompe com a ideia de atender crianças em vulnerabilidade social, ou seja, o núcleo não pode ser instalado no local totalmente inóspito, debaixo de uma mangueira por exemplo, que não tenha nenhum solo razoável, que não tenha um local para beber água, em qualquer lugar pode ser instalado. Eu acho que o Programa Segundo Tempo deveria ter critérios para que os núcleos fossem instalados, coisas básicas, ter acesso a água, ter algum terreno com algum tipo de estabilidade, que fosse um campo de futebol, uma quadra. Acho que ele deveria ter critérios, assim um núcleo só pode funcionar se ele atender tais critérios.” (ENTREVISTADO 07).

Nos aproximando ainda mais das ações que ocorrem nos núcleos, os relatos apontam questões relevantes que interferem diretamente na possibilidade de obtenção dos objetivos. Elas estão relacionadas a professores e monitores que atuam cotidianamente com os beneficiados do programa, são questões ligadas a remuneração, qualificação, comprometimento, evasão e rotatividade dessas pessoas.

“Nós não temos o profissional ainda muito comprometido, nós não temos um profissional qualificado, não estou culpabilizando essas pessoas, mas eu vejo que a gente precisa melhorar a formação do profissional de educação física, sem dúvida nenhuma, eu digo isso de cadeira, eu rodo esse país todo reconhecendo cursos, avaliando e verificando [...]” (ENTREVISTADO 01).

Nesse sentido, o entrevistado 08 complementa sugerindo uma forma de evolução profissional para professores do PST, a qual está vinculada a uma evolução constante na sua capacitação pedagógica tendo como consequência uma maior possibilidade de uma aula melhor assim como uma retenção maior desse profissional e dos alunos do programa, contribuindo significativamente na obtenção dos objetivos do programa.

“[...] esse é um ponto chave da nossa profissão, eu acredito que por exemplo, se nós não fornecemos algo ao professor e ao monitor, falando lá do núcleo, uma remuneração financeira que seja superior a que ele vai encontrar em uma atividade profissional no entorno social dele, que seja maior do que essa atividade, ele vai migrar de atividade. [...]

Eu acho que o programa deveria criar instrumentos de capacitação continuada, que no momento em que ele faz essa capacitação continuada, ele se torna um profissional mais qualificado e que isso reverta também em uma condição de melhoria da remuneração financeira dele para a continuidade de atuação no núcleo. Essa é uma estratégia que nós observamos e que poderíamos posicionar. A gente não quer um trabalho de meritocracia, mas um trabalho de formação continuada, que essa pessoa perceba que quanto melhor for a capacidade dele de ministrar uma aula e mais inserção ele tem em termos de alunos no programa com o maior número de frequência por exemplo.

[...] o programa ele tem que estabelecer metas ou possibilidades de crescimento do professor monitor dentro do próprio programa, é o único estímulo para que ele permaneça durante mais tempo no programa.” (ENTREVISTADO 08).

Um levantamento apontado pelo entrevistado 08 se refere ao consumo do material didático pedagógico do Programa Segundo Tempo, ele relata uma seletividade na escolha do material para leitura, acarretando em uma visão superficial em relação ao PST.

“[...] nós verificamos que apesar do programa ter produzido 21 obras, uma parcela muito pouco significativa do programa tinha tido a leitura de todas as obras. O pessoal é muito seletivo no que lê, então o pessoal da parte administrativa, ou pedagógica, ou colaboradora lê a parte dos pressupostos teóricos básicos do programa, o pessoal lá da ponta lê os livros de aplicação das atividades que o programa desenvolveu, cada uma das pessoas selecionou o que vão ler para o seu ambiente imediato, para a sua aplicação imediata. Como tem rotatividade, a pessoa acaba não tendo uma visão geral do programa e isso gera problemas.” (ENTREVISTADO 08).

De forma a concluir os relatos das dificuldades percebidas em relação a obtenção dos objetivos do Programa Segundo Tempo, a evasão de alunos pode ser relacionada com o que já foi apresentado e de acordo com o entrevistado 05 se

apresenta em grande número de beneficiados do programa, “A evasão da garotada do programa também é complicada para nós, nós temos um *turnover* de crianças muito grande e isso para mim é um sintoma [...]”. O problema da evasão dos beneficiados do projeto também é relatado pelo entrevistado 01, o qual apresenta alguns motivos e relata também ocorrer em outras iniciativas.

“[...] a gente tem uma evasão bastante grande e uma rotatividade bastante grande. Por uma série de fatores, desde a mesmice das aulas, a falta de vinculação com a prática que é oferecida, desse estímulo mesmo, por falta daqueles eventos culminantes que nós havíamos comentado. O garoto acaba não vendo objetivo naquilo que ele tá fazendo, se é para aprender por aprender, ele aprendeu e ele vai embora, então é uma série desses problemas.

[...] eles têm ficado muito pouco, a capacidade que nós temos tido de adesão em relação à prática do esporte de uma forma geral, esportes, a dança, a ginástica... é muito pequena. Ele vai até os 12, 13 anos, depois há uma queda vertiginosa da aderência dos garotos aos programas, tanto os nossos sociais, quanto aos particulares também [...]” (ENTREVISTADO 01).

Já, para o entrevistado 07, a questão da evasão de alunos do PST se deve a diversas questões e a apresenta como uma grande dificuldade em ser resolvida, uma vez que não existe um controle eficaz dos dados pessoais dos beneficiados, com informações que permitam a busca desse aluno ou que apenas seja aplicado um questionário afim de identificar os motivos da evasão, ele ainda relata que:

“[...]como é um programa que não é compulsório, ele é optativo, a rotatividade, como você também via isso lá no remo, é muito alta e isso também dificulta você fazer cortes de acompanhamento [...]”

[...] a análise que geralmente os professores fazem, que o problema da evasão está vinculado a qualidade daquilo que se oferece. Eu diria que é um pouco falso isso, a evasão nem sempre está vinculada a qualidade daquilo que a gente oferece, vamos tentar cercar e isso, uma das coisas fundamentais para atividade humana [...] para determinadas coisas você tem que ter mecanismos que forcem a disciplina e a força de vontade [...] ele tem que ter mecanismos como eu disse, o que que as pessoas perdem ao não ir [...]” (ENTREVISTADO 07).

Em relação às dificuldades apresentadas pelos entrevistados, na condição de professor do PST Navegar, pude observar *in loco* que havia simultaneamente a oferta de diversos projetos sociais na mesma escola, o que gerava uma rotatividade de alunos nos projetos. Considerando a sobreoferta, é normal que crianças e adolescentes se sintam atraídos a experimentar diferentes oportunidades.

Sobre a evasão, observei também que ela ocorria como relatado pelos informantes e nós também tínhamos grandes dificuldades em identificar os motivos dessa evasão.

4.2 Avaliação do Programa Segundo Tempo

Como evidenciado no referencial teórico, a partir dos conceitos de Ala-Harja e Helgason (2000), Cotta (1998), Machado (2006) e Monteiro (2002), conclui-se que um processo estruturado de avaliação é um importante instrumento para:

- Mensurar o impacto de um projeto esportivo social e verificar o atingimento de seus objetivos;
- Tomada de decisões pelos gestores de um programa ou projeto;
- Solucionar problemas e redirecionar os rumos, se necessário;
- Emprego adequado dos recursos e prestação de contas à sociedade em caso de projetos desenvolvidos pelo governo, como é o caso do PST.

Diante da relevância do processo de avaliação, entre os objetivos desta pesquisa está a investigação de como ocorre a avaliação do Programa Segundo Tempo. Os informantes da equipe gestora e pedagógica perguntados sobre como funciona o processo de avaliação no PST comentaram que não existe um processo estruturado em execução e sim algumas iniciativas pontuais, na área pedagógica e de capacitação. No entanto, todos eles mencionaram a criação da equipe de avaliação pedagógica em 2015 e os avanços que estão desenvolvendo.

Ao serem questionados sobre a importância da avaliação de impacto para o PST, os entrevistados comentaram:

“[...] é inconcebível que uma política pública dessa magnitude não tenha um processo avaliativo consistente, mas tendo em vista a fragilidade dessa política também, seu gerenciamento, inviabiliza um processo mais sério de avaliação. [...] eu não consigo ter um contínuo que me dê garantias e que eu possa estar permanentemente avaliando para dizer que esse programa faz a diferença. Porque a política ela acaba sendo frágil nesse sentido, então precisa ter mais investimento, precisa ter mais condições de continuidade, precisa romper barreiras administrativas sérias de forma que a gente consiga avançar e disponibilizar esse esporte. É imprescindível para uma política pública um processo avaliativo.” (ENTREVISTADO 01)

“Eu acho que a correção de rumos, quer dizer um processo de feedback pra gente ter informação se está dando certo ou não [...] se o que a gente tá fazendo tá certo, se está dando errado, se está contribuindo ou não está contribuindo né. [...] Mas não é só isso, se todas as crianças tão participando ali, vamos dizer assim, um resultado efetivo para todos, enfim isso é difícil de se avaliar é complicado de se visualizar ou de se relatar, enfim a gente espera que isso aconteça.” (ENTREVISTADO 02)

“Eu acho vital, até para você com os resultados poder reorganizar os rumos do programa, porque sem avaliação de impacto [...] você não consegue identificar nem onde tem potencial e nem onde tem dificuldade, por isso que tem que ser rotineira a mensuração dos impactos, tem que se buscar. É difícil? É, é grande, mas tem que fazer.” (ENTREVISTADO 04)

Em relação aos processos de avaliação do PST, o entrevistado 03 destacou a prática de avaliação pedagógica.

“E participei sempre do programa desde 2007, eu participei sempre das avaliações pedagógicas. Então, inicialmente o processo pedagógico parte de uma capacitação, se inicia o processo, o núcleo começa a funcionar, o convênio começa a funcionar, inicia-se um processo de construção dos projetos pedagógicos. E a partir desse processo, existe uma capacitação pedagógica que é sempre acompanhada por uma equipe de acadêmicos, docentes, pós-graduandos que desenvolvem esse processo de capacitação. A partir do processo de

capacitação, os convênios são visitados regularmente e também contam com a possibilidade de uma formação continuada que atualmente é feito por meios de ensino a distância e também de formações presenciais e de visitas periódicas.”

O foco das avaliações pedagógicas, segundo o entrevistado 03, é a qualificação do corpo docente e dos coordenadores dos núcleos, mas ele ressalta que há um incentivo para que os convênios façam avaliações junto aos beneficiados do programa e suas famílias. No entanto, é só uma recomendação e não uma obrigatoriedade.

O informante faz menção a proposta de avaliação¹⁵ de pais, alunos e comunidades contida no livro Fundamentos Pedagógicos para o Programa Segundo Tempo (2008). Ele relata que algumas dessas avaliações chegam aos gestores do programa em forma de produção científica, mas elas são pontuais.

Ele destaca a criação da equipe de avaliação pedagógica, a partir de 2015, que está voltada para avaliar o programa como um todo.

“[...] ela procura avaliar o quanto a capacitação é importante, o quanto as visitas são importantes, o quanto que o acompanhamento pedagógico a distância é importante, a consultoria é contínua. Então, essa equipe está trabalhando com indicadores pedagógicos no sentido de aprimorar todo o sistema. Em relação à avaliação pedagógica, o que eu posso te falar que é o que eu mais convivo, isso tem sido aprimorado.” (ENTREVISTADO 03)

Sobre avaliação dos impactos do projeto, o informante 03 comenta que essa é uma tarefa bastante difícil, pois as variáveis são muitas. Inclusive, ele faz referência ao estudo dos autores Cohen e Franco sobre avaliação de projetos sociais que é utilizado nesta pesquisa como embasamento teórico. E, ele conclui sua reflexão afirmando que “os gestores, geralmente, são generosos na hora de estabelecer objetivos, mas não calculam a dificuldade para verificar se os objetivos foram alcançados. Essa é a grande dificuldade dos projetos sociais de hoje, a generosidade na hora de estabelecer os objetivos.”

¹⁵ A proposta mencionada está no último capítulo do livro da página 155 a 158.

Sobre a avaliação dos impactos do PST, o entrevistado 04 afirma que seria muito relevante se o programa conseguisse medir sua atuação nos impactos indiretos, como aproveitamento na escola, redução do uso de drogas, gravidez precoce, entre outros fatores de risco social.

“Considerando que o programa trabalha com crianças carentes, de certa forma, se ele gostar das práticas de esportes e levar isso para a vida dele posteriormente, independente de virar ou não um atleta. A gente não descarta nada, quando a gente tem duas aulas por semana e ele se diverte nas aulas, quando a gente lida com os jovens, eles têm que primeiro se divertir. Porque atleta sofre, eu já fui atleta, atleta quer treinar 3 horas de treino e sair morto, esse gosta. Às vezes, a ideia desse pessoal, não é isso que eles querem. Você vai trabalhar o vôlei e o futebol de uma outra forma, primeiro ele tem que se divertir e aí vai o recurso do professor de levar para ele dessa forma e ao mesmo tempo ensinar.”
(ENTREVISTADO 4)

Como comentado anteriormente, todos os entrevistados mencionaram o trabalho que está sendo desenvolvido pela equipe de avaliação pedagógica para mensurar os impactos do Programa Segundo Tempo. Essa equipe formada por cinco professores de educação física, dos quais 3 participaram desta pesquisa, foi criada em 2015 a partir da demanda da coordenação do programa. Para integrar a equipe, foram convidados professores universitários de diferentes estados do país.

Os entrevistados que fazem parte da equipe de avaliação pedagógica (06,07 e 08) mencionaram com fontes para elaborar os processos de avaliação as informações fornecidas pelos gestores do programa, pela equipe pedagógica, assim como, as contribuições das equipes colaboradoras. A partir de entrevistas realizadas com esses profissionais e análise dos documentos disponíveis sobre o programa, foi elaborado um *checklist* e começou a produção dos instrumentos.

A respeito de como serão aplicados os instrumentos desenvolvidos, o entrevistado 06 afirma que

“[...] as informações até o momento são de que o grupo vai ser mantido para realizar a coordenação das avaliações. E aí vai ter a participação de bolsistas [...] então, têm membros das equipes colaboradoras (ECs), os membros da equipe de avaliação pedagógica, que nós

somos em cinco, e serão contratados bolsistas para o trabalho de campo.” (ENTREVISTADO 6)

Ao ser questionado quem será o público-alvo das avaliações, o entrevistado 06 informa que, inicialmente, serão professores, monitores e gestores do convênio. Posteriormente, o processo de avaliação será realizado também com os beneficiados, as crianças e os familiares. Os instrumentos para esse público ainda não estão ajustados em razão da complexidade do tema.

Em relação à periodicidade de aplicação das avaliações, os informantes relataram que dependo do instrumento, alguns podem ser a cada seis meses, uma vez ao ano e/ou bianual, mas isso ainda não está definido.

Abaixo, segue um fluxo, desenvolvido pelo pesquisador, para ilustrar os processos de avaliação.



A equipe de avaliação pedagógica disponibilizou ao pesquisador o “Relatório do Modelo de Avaliação dos Impactos e Processos do Programa Segundo Tempo”, publicado em 2017, o qual é fruto do trabalho que vem sendo desenvolvido desde 2015.

O documento apresenta os instrumentos de avaliação desenvolvidos para avaliar os impactos do programa, os processos de tramitação de cada etapa do fluxo de avaliação e resultados das avaliações AVIL realizadas até o momento pelas equipes colaboradoras.

O trabalho foi desenvolvido em colaboração entre as Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Estadual de Maringá.

A seguir, está a descrição extraída do relatório de avaliação sobre o que é cada instrumento de avaliação e qual o seu objetivo.

4.2.1 Avaliação do material didático

O PST contribuiu para o avanço das produções no campo do Esporte Educacional de forma significativa, com destaque ao período entre os anos de 2009 e 2015. O objetivo desta ação foi verificar o material didático produzido entre 2009 e 2015 e sua utilização no PST. Foram publicados 23 livros com duas finalidades principais: a. fundamentar teoricamente a proposta pedagógica do programa; b. instrumentalizar os professores atuantes no PST com material para ser aplicado durante as intervenções nas aulas de esporte educacional.

A avaliação do material didático empreendida teve como finalidade estabelecer o padrão de consumo do material bibliográfico publicado pelos seus principais consumidores, a saber: membros da Equipe Pedagógica e das Equipes Colaboradoras, professores e monitores de núcleo.

4.2.2 Competências Pedagógicas

Uma das ações centrais do PST é a de capacitar recursos humanos para desenvolver o esporte educacional de qualidade. Nessa direção, o PST desenvolveu uma tecnologia educacional do esporte que está materializada em vídeos, livros e manuais didáticos que abordam diferentes dimensões da proposta pedagógica do programa. Esse material está disponibilizado aos professores e monitores dos núcleos no formato físico e/ou virtual. Uma das estratégias de difusão da tecnologia de esporte

educacional é a realizada por meio de curso de capacitação que ocorrem em dois momentos: um realizado por EAD e outro presencial.

A intenção final desta capacitação é viabilizar aos beneficiários um atendimento coerente com as promessas do Programa. Nesse sentido, essa ação visa avaliar o desempenho dos capacitadores e capacitados em relação a aquisição das competências pedagógicas prescritas pela Tecnologia PST. Nesta etapa da avaliação, o foco investigativo se deteve exclusivamente aos capacitados. A pergunta que se pretende responder é: qual a eficiência da capacitação EAD e presencial para melhorar o nível de competências pedagógicas/PST dos participantes.

4.2.3 Protocolo de Observação da Aula

Este instrumento tem como principal função mensurar o grau de aderência/qualidade da aula à tecnologia do PST. A partir de sua construção e validação, esta ação de avaliação visou observar, em que medida os professores de núcleo apresentam em suas práticas pedagógicas elementos que se identificam com a tecnologia do PST. O objetivo do instrumento é mensurar o grau de aderência/qualidade das aulas dos professores de núcleo à tecnologia do esporte educacional desenvolvidas pelo PST e promover certificação e capacitação aos avaliadores para a utilização do instrumento de mensuração do grau de aderência/qualidade das aulas PST.

4.2.4 Percepção de competências dos beneficiários

A proposta pedagógica do PST objetiva ter impacto na melhoria do convívio e integração social dos participantes, melhoria na autoestima, nas capacidades motoras, na relação com a escola básica e nas condições de saúde, por meio do aumento da participação nas atividades esportivas educativas.

O PST, enquanto projeto social com foco no esporte e nas atividades corporais voltadas para o lazer visa, além da melhoria das habilidades motoras dos

beneficiados, desenvolver valores sociais, autoconceito e a motivação para práticas esportivas de crianças e adolescentes em situação de risco ou vulnerabilidade social.

Nesse sentido, a proposta pedagógica do PST pode auxiliar seus beneficiários a construir percepções positivas sobre suas competências motoras, escolares e sociais. Para tanto, o impacto da proposta pedagógica será mensurado de forma indireta, procurando identificar a autopercepção dos beneficiários sobre suas habilidades e competência de desempenho escolar, esportivo, autoconceito, aceitação social, aparência física e conduta comportamental e auto valor global. Esse tipo de levantamento visa fornecer subsídios para diagnosticar o autoconceito dos beneficiários e orientar ações de natureza pedagógica no desenvolvimento do PST.

Diante dos comentários dos entrevistados e dos resultados apresentados no “Relatório do Modelo de Avaliação dos Impactos e Processos do Programa Segundo Tempo”, pode-se concluir que a valorização de um processo de avaliação de impactos do programa evoluiu ao longo da trajetória do PST, alinhada às exigências da sociedade de prestação de contas dos resultados de projetos sociais desenvolvidos pelo governo.

Ainda há um longo caminho a percorrer, especialmente, no que tange a mensuração de impactos indiretos do programa. Por isso, a equipe de avaliação pedagógica optou por iniciar o trabalho pela mensuração dos impactos diretos do programa.

As contribuições do processo de avaliação do PST vão além dos benefícios gerados para os públicos envolvidos no programa, mas agrega valor aos serviços públicos prestados, tratando programas de grande magnitude e impacto social, como PST, como uma política pública que deve ser conduzida com seriedade, constância e comprometimento com a mudança da realidade social brasileira.

4.3 Indicadores de impacto do Programa Segundo Tempo

Para o desenvolvimento de indicadores de impacto para o PST, resgataremos alguns conceitos desenvolvidos no referencial teórico. De acordo com Jannuzzi (2015), os indicadores sociais podem ser utilizados para subsidiar atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar das comunidades por parte do poder público e ainda, no campo da investigação acadêmica, permitem o aprofundamento do entendimento sobre fenômenos que provocam a mudança social. O autor reforça ainda que em tempos de alta cobrança social sobre o uso racional e eficiente dos gastos públicos é uma forma de controle que pode apoiar os governos a prestarem contas à sociedade.

Cohen e Franco (2013) acrescentam que o foco de avaliações de projetos sociais está na possibilidade de determinar em que grau os objetivos foram atingidos. Sendo assim, os objetivos são subdivididos em objetivos específicos aos quais são atribuídas metas. A partir das metas se estabelecem os indicadores, os quais irão determinar o atingimento das metas. A verificação das metas possibilitará aferir em que grau os objetivos específicos foram atingidos e, conseqüentemente, se as finalidades do programa foram alcançadas.

Em relação aos impactos diretos e indiretos esperados para o Programa Segundo Tempo, e descritos no site do Ministério do Esporte, vide referencial teórico, os sujeitos desta pesquisa demonstraram conhecer esses impactos.

Ao serem questionados: “Em cima da tua fala sobre os objetivos do PST e em especial nas diretrizes do programa, há referência a possíveis impactos diretos e indiretos. Quais desses impactos são mais relevantes? Tu saberias me citar alguns desses impactos?”

Em relação ao questionamento, o entrevistado 08, pertencente a equipe de avaliação pedagógica, pondera em relação a dificuldade do PST em verificar o impacto de suas ações [...] nós verificamos que a maioria dos instrumentos que o PST tinha, nós não conseguimos inserir no sistema qual era o impacto lá na ponta e isso é

muito difícil de você mensurar porque a gente tem que saber sem fazer uma análise científica [...]”. Ele nos fornece alguns impactos esperados.

“[...] a gente quer que o programa não só melhore a criança na capacidade técnica, motora do esporte que ela pratica, mas que ela aprenda regras de convivência em casa, regras de convivência social na escola, distinga dentro das zonas de vulnerabilidade social em que ela está inserida quais são comportamentos positivos e quais são negativos.” (ENTREVISTADO 08).

Os entrevistados relataram em sua maioria que os impactos indiretos são mais difíceis de serem mensurados, devido a interferência de diversos fatores externos ao Programa Segundo Tempo. Em relação a essas interferências externas, o entrevistado 07 faz uma analogia em relação aos alunos do programa “[...] para medir isso temos um problema, que não teríamos os peixinhos dentro do aquário, os peixinhos entram e saem, eles estão no mar.” Dessa forma ele chama a atenção aos diversos fatores que interferem na realidade dos alunos que frequentam projetos esportivos sociais e afirmar que determinadas alterações de comportamento são decorrentes diretamente dessas iniciativas se torna uma árdua e complicada tarefa.

Ainda em relação aos impactos indiretos, o entrevistado 05 afirma que devido à natureza das atividades que desenvolve no PST, o trânsito de informações com as pessoas que trabalham na ponta se faz de grande importância, uma vez que “[...] o maior impacto é você conseguir com que o grupo que está lá dando aula, coordenando convênio consiga participar na plataforma, passando informações para nós, isso é superimportante, é um impacto que eu considero indireto.”

Os entrevistados 03 e 07 ao descreverem os impactos indiretos fazem três afirmações fortes: são considerados, comumente, como os objetivos mais importantes dos projetos esportivos sociais, são difíceis de mensurar e, justamente, essa dificuldade de mensurá-los provocou alterações nos objetivos do PST ao longo de sua trajetória.

Para o entrevistado 07 “[...] todos os impactos que são relatados [...] **são impactos relatados que ficam bem na fita**, mas não tem como medir. Como é que eu vou medir se a criança se envolveu ou não com violência?”; já, para o entrevistado

03 “[...] os impactos indiretos são ditos como o suprasumo [...] então mudamos lá nos objetivos para “**CONTRIBUIR PARA**”, quando se fala em impacto indireto o esporte pode “contribuir para” a diminuição da exposição a riscos sociais [...]”.

De forma complementar, os entrevistados 01, 02 e 04 relatam que os impactos mais relevantes para eles estão relacionados com a permanência e ao rendimento escolar dos beneficiados do projeto, assim como suas relações interpessoais na escola, com os amigos e com a família. Dessa forma o entrevistado 04 nos relata que: “[...] eu acho o indireto, se a gente pudesse, através do programa mudar a condição de aproveitamento da escola, aquelas outras coisas como droga e gravidez, se ele melhorasse o ensinamento da escola você vai competir com essas outras coisas [...]”. Sendo assim, os entrevistados 01 e 02 completam a reflexão:

“[...]o impacto indireto? Ele vai mais à escola, ele participa mais dentro da casa dele, ele participa mais socialmente, ele se desvinculou de grupo que são negativos para ele, essas questões sociais ampliadas poderiam fazer a diferença nessa outra vertente. Então, a gente conseguiu isso? **É um sonho né?** Essa é a meta maior, e isso está dentro dos nossos objetivos, só que bem mais enxutinho agora. **Então é muito mais, oh esperamos que isso aconteça, mas a gente não garante isso.**” (ENTREVISTADO 01).

“[...] os indiretos a gente entende também que são mais difíceis de se avaliar, lá na vida pessoal, os relacionamentos com os amigos, na escola, na atenção que essa criança talvez vai desenvolver, porque a gente sabe que no esporte para haver o aprendizado uma das coisas importantes é que ela preste atenção ao que está sendo ensinado. E o resultado também é observar se a criança consegue ou não fazer, realizar uma certa habilidade, bom isso aí é observado e pode-se corrigir na hora. Agora têm coisas que a gente não sabe, por exemplo, a convivência em grupo, bom isso pode-se observar durante a aula, mais e aí? Na vida, na comunidade, na escola como é que está funcionando? [...] **impactos indiretos, bom a gente espera que aconteça.**” (ENTREVISTADO 02)

Devido às dificuldades de mensuração dos impactos indiretos, os entrevistados 01 e 02 respectivamente, utilizaram os seguintes termos “[...] esperamos que isso aconteça, mas a gente não garante isso.” E “[...] impactos indiretos, bom a gente

espera que aconteça.”. Entretanto, os entrevistados 07 e 03 respectivamente, afirmaram que esses impactos mais voltados a combater riscos sociais são considerados “[...] são impactos relatados que ficam bem na fita [...]” e “[...] os impactos indiretos são ditos como o suprasumo [...]”, isso reflete a falta de percepção da dificuldade em avaliar por parte de gestores no momento de descrever os objetivos de um projeto esportivo social. Ainda assim, salienta a falta da cultura da avaliação, uma vez que a verificação da obtenção de seus objetivos fica dificultada em razão da grande complexidade para mensurar fatores-chave dos impactos indiretos do programa.

Em relação aos impactos diretos do PST, os entrevistados descreveram uma aproximação mais confortável com instrumentos de avaliação, eles também associaram a necessidade de avaliar as aprendizagens referentes às modalidades esportivas desenvolvidas nos núcleos, assim como questões referentes a melhorias na aptidão física, questões motoras e cultura esportiva, demonstrando grande vinculação com os objetivos do PST.

Dessa forma o entrevistado 03 nos relata sobre a cultura esportiva:

“[...] em relação aos impactos diretos o mais importante, e talvez a gente tenha conseguido em alguns locais, é criar uma cultura esportiva. [...] é o quanto que o esporte entrou nessa comunidade, o quanto que os princípios do esporte fizeram mudanças efetivas nessa comunidade.”

Complementando o relato do entrevistado 03, o indivíduo 02 destaca a observação dos impactos diretos e possibilidade de mensurar tais impactos, sendo assim:

“[...] os impactos diretos têm haver com os resultados que a gente consegue observar, bom, vai se tornar um atleta, vai desenvolver uma vida esportiva, vai melhorar saúde. Enfim são coisas mais objetivas [...] acho que tem vários impactos diretos que a gente pode mensurar e talvez até observar melhor.”

Adicionalmente, o entrevistado 01 observa que os impactos diretos interferem mais rapidamente e diretamente nos beneficiados do PST, ele associa questões motoras como um indicador importante no processo de avaliação. Assim como, o entrevistado 04 que chama a atenção ao não ensino das práticas esportivas, ao ensino

de técnicas esportivas e que um projeto esportivo social se destina muito além de apenas o social.

“[...] impacto direto a gente poderia dizer diretamente para a criança, são aqueles impactos de uma boa estimulação motora, boa prática esportiva, que ele tenha um impacto direto no comportamento social dele [...] então o programa poderia ter um foco, poderia ser mais forte para eu poder te responder assim: olha, ele está fazendo alterações nisso, esse garoto corre melhor, salta melhor, brinca melhor, entende do esporte, ou seja, ele tem uma formação esportiva consistente. Então esse é um impacto que a gente poderia dizer direto [...]” (ENTREVISTADO 01).

“[...] uma outra coisa que a gente briga na área, é que o esporte educacional é muito tecnicista. Ele não pode ser tecnicista? Como assim? Se você vai ensinar vôlei, o toque no voleibol é fundamento. Então o toque vai ser o mesmo em qualquer lugar, a técnica é uma só. Você não pode não ensinar ele porque é um programa educacional, seria muita falta de educação você ficar um ano ou dois em um programa, não aprender nada e ficar só no social. Acho que ele tem que aprender, tem que ensinar, tem que sair das atividades de basquete sabendo fazer bandejinha, tem que fazer, é basquete, senão não é basquete, tem que driblar, tem que fazer os fundamentos, senão ele vai estar jogando outra coisa. Na área (Educação Física) a gente confunde muito essas coisas [...] imagina, em um ano você tem 360 aulas, vai fazer sempre o mesmo tipo de coisa? Não tem como, a faixa etária muda, a parte maturacional muda, o ensino do esporte, você tem que acompanhar isso.” (ENTREVISTADO 04).

Ao concluir sua reflexão, o entrevistado 03 destaca a relevância da criação de instrumentos que busquem avaliar projetos esportivos sociais das mais diversas formas, “[...] é necessário construir realmente um instrumento de avaliação, seria bastante interessante, até desses impactos indiretos.”

Com base nas respostas dos informantes sobre os objetivos mais relevantes, impactos diretos e indiretos do PST, dos conceitos de Jannuzzi (2005) e Cohen e Franco (2013) e dos instrumentos desenvolvidos pela equipe de avaliação pedagógica, esta pesquisa buscou sugerir alguns indicadores de avaliação adicionais ao que está em desenvolvimento pelo programa.

Em relação aos indicadores de impacto indiretos, os entrevistados relataram haver muitas dificuldades em mensurar resultados, além da impossibilidade de estabelecer causa e efeito devido a diversos agentes que integram a periferia dos núcleos dos projetos. Dessa forma, a frequência e o rendimento escolar são indicadores que se sobressaem e são destacados pelos entrevistados 01 e 04. Esse indicador se torna mais palpável na medida em que basta haver um controle, por parte do convênio, dos dados pessoais dos beneficiados do programa, e o programa solicitar à escola ou a família um controle de frequência e o boletim escolar do aluno. Abastecendo, assim, um banco de dados do Ministério do Esporte com tais informações. Esse é um indicador simples, de fácil aplicabilidade e que tem como princípio controle e gestão.

Os entrevistados ao serem questionados em relação aos indicadores de impacto diretos, eles os relacionaram com questões mais facilmente observáveis, como a aprendizagem de um esporte, das melhorias motoras, a cultura esportiva, saúde e, principalmente, a obrigatoriedade do beneficiado aprender alguma coisa com o projeto.

Partindo do princípio de que o PST é um projeto esportivo social, a avaliação do ensino das modalidades esportivas e das práticas corporais deveria ser uma questão *sine qua non* e integrar os instrumentos de avaliação há muitos anos. Pelo menos, para os esportes mais praticados como futebol, vôlei, handebol, basquete e atletismo. Avaliar a aprendizagem de esportes e de práticas corporais não é novidade na educação física e os resultados dessas avaliações podem abastecer bancos de dados das federações ou das universidades, por exemplo. Com isso, poderemos afirmar que os alunos estarão aprendendo e melhorando seu rendimento em relação a eles mesmos. Esse é um dos objetivos do PST, além de que, com um banco de dados com esse tamanho é muito provável que alguns talentos esportivos serão detectados e os devidos encaminhamentos providenciados.

No que diz respeito a questões relacionadas ao perfil populacional, e aptidão física, o Projeto Esporte Brasil (PROESP-BR), o qual fez parte como indicação de instrumento de avaliação para o PST em 2008, não foi devidamente utilizado. A

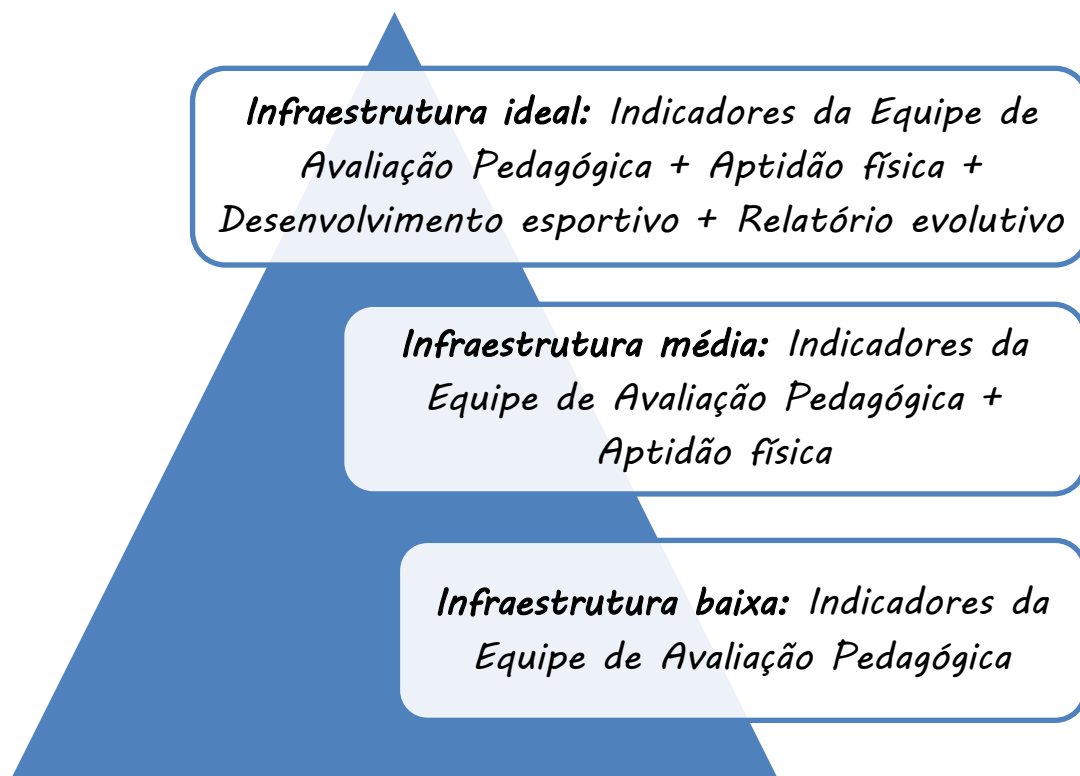
realização desses testes pode informar dados históricos em relação aos alunos do projeto, complementando os dados regionais e contribuindo com a ampliação do banco de dados dos projetos PST e PROESP-BR.

Sendo assim, um princípio a ser observado no aprimoramento dos processos de avaliação do PST seria desenvolver um escalonamento de indicadores a serem alcançados e com metas definidas, possibilitando um avanço em relação a infraestrutura e formação dos RHs. Essa proposta busca considerar que espaços com melhor infraestrutura e com RHs mais qualificados têm maiores probabilidades de atingir as metas do PST.

Inicialmente, pode-se estabelecer um escopo que pode ser aplicado em todos os núcleos, independentemente da sua infraestrutura, ou seja, em núcleos onde as condições são consideradas precárias, médias ou ideais, é possível medir os aspectos relacionados com o trabalho desenvolvido pela equipe de avaliação pedagógica. Sendo assim, serão medidos os seguintes indicadores: retenção da capacitação pedagógica, qualidade das aulas e autopercepção de competência dos alunos. Dessa forma, refletindo quais núcleos tem RHs mais qualificados e aderentes aos princípios e métodos do PST, quais ofertam aulas mais qualificadas e onde os alunos se percebem como mais competentes, possibilitando desenvolver uma análise comparativa entre todos os núcleos do PST.

Em relação aos núcleos com infraestrutura considerada média, a avaliação de questões relacionadas a aptidão física pode ser incluída no processo, fornecendo mais informações aos bancos de dados do PST e possibilitando a comparação entre núcleos de iguais condições. Já, os núcleos com infraestrutura considerada ideal, podem aplicar um processo de avaliação mais detalhado, considerando também questões relacionadas ao desenvolvimento esportivo dos alunos, assim como um relatório de evolução das atividades escolares dos alunos.

A figura abaixo esquematiza os níveis e indicadores a serem avaliados de acordo com a infraestrutura de cada núcleo do PST.



Como os entrevistados salientaram anteriormente, o PST pode e deve ser oferecido em um maior número de espaços possíveis, desde um campinho embaixo de uma árvore a um clube com uma excelente infraestrutura. Portanto, a proposta de avaliação em níveis visa que todos os núcleos possam ser avaliados e comparados, pois utilizarão a mesma métrica: os instrumentos de avaliação desenvolvidos pela equipe de avaliação pedagógica. Essa proposta também possibilita que os núcleos com condições de infraestrutura semelhantes possam ser comparados entre si. Isso, possibilitará e incentivará uma possível evolução na infraestrutura e qualificação dos RHs. Outro benefício desse instrumento é identificar os núcleos que são referência, os quais poderão receber algum incentivo ou facilidades na hora de renovar seus convênios ou na remuneração dos RHs envolvidos.

A proposta de avaliação em níveis pode ser utilizada pelos gestores do PST para planejar os próximos passos de cada núcleo e do programa como um todo, auxiliando, dessa forma, na definição de metas e de possíveis ajustes nos objetivos. A comprovação da obtenção dos objetivos do PST, medida por meio de indicadores de impacto, pode ser uma importante contribuição para os gestores do PST, pois

permitirá destacar iniciativas de sucesso, justificar os investimentos públicos e demonstrar sua contribuição social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os projetos esportivos sociais vêm crescendo significativamente no Brasil ano após ano como apontam estatísticas do IBGE e há um consenso que eles são fortes aliados à inclusão social. Em um país marcado por tantas desigualdades sociais e carências de políticas públicas para as camadas menos favorecidas da população, o apelo em criar iniciativas que tenham objetivos salvacionistas é muito forte.

Essa tendência é apontada por vários autores como Zaluar (1994) que afirma que vêm ocorrendo desde a década de 70 um aumento de projetos esportivos sociais com o propósito de mitigar efeitos de contextos de riscos e vulnerabilidade social. Na mesma linha, Eiras (2010), Himara e Montagner (2012), Pereira (2015) e Rodrigues (2008) destacam que um objetivo muito comum aos projetos esportivos sociais é o de ocupar o tempo livre de crianças, adolescentes e jovens. Esse objetivo também foi apontado por vários entrevistados durante a pesquisa. Portanto, evidencia-se a responsabilidade dos gestores em identificar quais as reais possibilidades e limitações de um projeto esportivo social, definindo, então, objetivos realistas e que busquem provocar alterações eficazes na realidade de seus beneficiados.

O Programa Segundo Tempo, objeto de estudo desta pesquisa, tinha como objetivo geral em 2007: “Democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens em situação de risco social”, corroborando o que afirmam os autores mencionados. Em 2017, observa-se uma maior preocupação dos gestores em relação as possibilidades, limitações e definições do objetivo geral, alterando-o para: “Democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social.”

Dessa forma, promover o acesso, a cultura e o ensino do esporte e das práticas corporais se tornaram as principais metas do PST, reposicionando o esporte e as práticas corporais como poderosos aliados a questões ligadas ao desenvolvimento pessoal, à saúde e aos processos de inclusão social. Observa-se também que a

diminuição do tempo ocioso, muito utilizada como uma das principais justificativas de programas esportivos sociais, também deixa de permear os objetivos do PST.

Outro destaque na trajetória do PST foi a maior preocupação no auxílio da formação de seus RHs e com a produção mais expressiva do material de apoio pedagógico, as quais foram acentuadas a partir de 2007. Os materiais desenvolvidos buscaram dar subsídios para a elaboração e qualificação das aulas e atividades que visam o desenvolvimento dos princípios do PST. No entanto, apesar de uma vasta produção disponível atualmente, percebe-se que sua utilização por parte dos RHs se dá prioritariamente na seleção dos conteúdos de aplicabilidade imediata, fornecendo, dessa forma, uma visão parcial da estrutura e funcionamento do PST.

Em relação ao desenvolvimento da capacitação pedagógica, seus objetivos iniciais eram informar aos RHs sobre funcionamento, princípios e objetivos do PST, assim como fornecer suporte pedagógico e administrativo do programa. Hoje, a capacitação apresenta uma evolução de caráter pedagógico, afim de auxiliar professores e monitores nas suas atividades cotidianas nos núcleos do PST.

Em relação aos processos de avaliação, o AVIL, um dos primeiros instrumentos a ser aplicado como forma de avaliação do PST, inicialmente tinha um formato administrativo. No entanto, com o passar do tempo se tornou um instrumento longo e complexo, dificultando sua aplicação, busca de informações e consequentemente a verificação da obtenção dos objetivos do PST. Atualmente, o AVIL tem um foco mais pedagógico e seus dados ainda não permitem verificar e afirmar com clareza a obtenção ou não dos objetivos do PST.

Considerando que o PST é um dos maiores projetos sociais do mundo, chegando a ter 4,5 milhões de beneficiados em 2013, em um momento de ápice do programa, ele é um projeto esportivo social muito relevante para o país e entender a sua evolução em termos de objetivos, processos de avaliação e indicadores de impacto gera uma contribuição importante para gestão do PST e de outras iniciativas esportivas sociais desenvolvidas no Brasil.

Esta pesquisa evidenciou que o PST evoluiu na última década (2007 a 2017) em vários aspectos, especialmente, no aprimoramento de seu processo pedagógico, o qual acompanhou os movimentos de atualização do campo de estudo de avaliação de projetos sociais. Autores como Jannuzzi (2006) e Cohen e Franco (2013) reforçam

a importância de instrumentos de avaliação e indicadores de impacto para mensurar o atingimento dos objetivos das ações sociais, sejam elas no campo do esporte ou demais áreas. Soma-se a isso o aumento da cobrança social a respeito do uso correto dos recursos públicos, o que faz com que o governo necessite prestar contas para a sociedade e para isso precisa mensurar o atingimento das metas de seus programas sociais.

Essa necessidade também foi identificada pela equipe gestora do PST, como detalhado no capítulo de análise e discussão de dados. Por isso, em 2015, foi criada a equipe de avaliação pedagógica que vêm desenvolvendo um trabalho muito relevante. Em 2017, lançaram o “Relatório do Modelo de Avaliação dos Impactos e Processos do Programa Segundo Tempo”, apresentando um processo estruturado de avaliação voltado para mensurar os impactos do PST.

Esse relatório traz diversos modelos de avaliação sobre os seguintes aspectos: qualidade do material de apoio pedagógico; retenção da capacitação pedagógica; qualidade da aula e autopercepção de competência. Essas avaliações combinadas permitem uma visão ampla e ao mesmo tempo detalhada dos fatores intervenientes na obtenção dos resultados do PST.

Sendo assim, o trabalho desenvolvido pela equipe de avaliação pedagógica seguiu a lógica de que um material de apoio pedagógico de qualidade aliado a um processo contínuo de capacitação contribui positivamente na formação dos profissionais envolvidos. A retenção dos conteúdos por esses profissionais, por sua vez, interfere diretamente na elaboração e qualidade das aulas oferecidas, o que resulta em aulas mais atraentes e qualificadas e, assim, os alunos terão mais chances de aprender, de ficar mais tempo vinculados ao projeto, gerando uma maior possibilidade de aferição da obtenção dos objetivos do programa.

Outro ponto relevante apontado nas entrevistas foi a dificuldade em se mensurar os impactos indiretos do programa, como por exemplo, a redução da violência, da gravidez precoce, do envolvimento com drogas, enfim, questões relacionadas ao risco social. Essas problemáticas, muitas vezes, são consideradas pelos gestores como as principais justificativas e metas a serem atingidas em programas esportivos sociais. Por outro lado, os impactos diretos foram citados pelos

entrevistados como os mais factíveis de serem aferidos e relacionados com o atingimento dos objetivos do programa.

Considerando essa premissa, as equipes gestora e pedagógica do PST redefiniram e reorganizaram os objetivos do PST ao longo do tempo, afim de que eles possam ser mais facilmente aferidos e observáveis. Gerando assim, uma maior possibilidade de prestação de contas e de verificação do atingimento das metas.

Diante desse cenário, esta pesquisa também propôs uma contribuição para os processos de avaliação e indicadores de impacto do PST. Um instrumento adicional ao trabalho desenvolvido pela equipe de avaliação pedagógica. Foi sugerido um sistema de avaliação em níveis, o qual parte do pressuposto de que um núcleo PST com estruturas físicas mais elaboradas e RHs mais qualificados tem maiores condições e probabilidades de atingir as metas em relação a um núcleo que acontece em um “campo embaixo de uma árvore”, ambas realidades do PST.

Muitos passos para evolução do PST foram dados nesta última década, mas considerando sua relevância para a sociedade brasileira e para inclusão social de crianças, adolescentes e jovens em situação de risco social, o caminho do aprimoramento constante deve ser seguido. Sendo assim, a revisão, a alteração e a adequação dos objetivos do PST, assim como a preocupação, ainda que tardia, com um processo que busque avaliar a obtenção ou não dos objetivos do programa revelam o esforço constante dos gestores do PST com a qualificação da iniciativa. Portanto, ficou evidente que um processo estruturado de avaliação contribui para uma prestação de contas do Estado à sociedade e como um mecanismo de gestão, assim como justifica os investimentos, tornando o PST cada vez mais robusto e consolidado como um dos maiores programas esportivos sociais do mundo.

A missão do Programa Segundo Tempo é nobre e não pode deixar de ser cumprida por entraves burocráticos ou questões de falta de vontade política. Sendo assim, é importante que novos estudos sejam realizados para identificar a continuidade e evolução dos processos de avaliação e a revisão e adequação dos objetivos do PST, afim de possibilitar a mensuração de impacto do programa nas comunidades as quais está inserido.

REFERÊNCIAS

ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur; (Tradução) JR, Evandro Magalhães. **Em direção às melhores práticas de avaliação** In: Revista do Serviço Público. Ano: 51; núm 4, pg. 05-60; 2000.

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; **Programa Segundo Tempo: conceitos, gestão e efeitos**. Dissertação, Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, 2009.

BEZERRA, Judson Cavalcante; **Reflexões sobre o dito e o feito nas intervenções pedagógicas no Programa Segundo Tempo**. Dissertação, Centro de Ciências da Saúde, UFRN, 2014.

CAVASINI, Rodrigo. **Projetos Esportivos Sociais Voltados para Jovens: Um Estudo das Contribuições do Projeto Navegar de Porto Alegre**. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

_____. **Intervenções pedagógicas de educação ambiental no Programa Segundo Tempo**. Tese, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

CENTRO DE MEMÓRIAS DO ESPORTE (CEME). Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ceme/pst/site/>. Acesso em 14/04/2017.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 10/07/2016.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CORREIA, Marcos Miranda: **Projetos sociais em educação física, esporte e lazer: reflexões preliminares para uma gestão social**. In: Revista Brasileira de Ciência Esporte; v.29; n.3; pg.91-105; Campinas; 2008

COTTA, T.C. **Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto**. In: Revista do Serviço Público. Ano 49, n. 2, Brasília: ENAP, 1998. P 103 – 124.

CUNHA, M. L. O. da; LORENZONI, J. F.; In: GOELLNER, S. V. (org.). **Memórias do Programa Segundo Tempo: partilhando experiências e conhecimentos**. Porto alegre, Centro de Memória do Esporte, UFRGS, 2014.

DIRETRIZES DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO 2017. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/segundo-tempo/orientacoes/manuais-de-diretrizes>. Acessado em 18/08/2017

EIRAS, S. B... *et al.* **OBJETIVOS DA OFERTA E DA PROCURA DE PROJETOS SÓCIOESPORTIVOS**. In: Revista Licere. V.13, n3, Belo Horizonte, 2010, p 01-24.

FAGUNDES, Helenara; MOURA, Alessandra Ballinhas; **Avaliação de programas e políticas públicas**. In: Revista Textos & Contextos. V. 8; n.1; pg.89-103; Porto Alegre; 2009.

FILGUEIRA, J. C., PERIM, G. L., OLIVEIRA, A. A. **Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática**. Maringá: Eduem, 2009.

FILGUEIRA, J. **Gestão de Projetos Esportivos Sociais**. In: Fundamentos Pedagógicos para o programa segundo tempo. Brasília: Ministério dos Esportes; Porto Alegre: UFRGS, 2008.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre/RS: Bookman, 2004. 2ª edição.

GONZÁLES, F.G; DARIDO, S.C; OLIVEIRA, A.D. **Práticas corporais e organização do conhecimento**. Maringá: Eduem, 2014, v.4.

HIRAMA, L. F., MONTAGNER, P. C., **Algo para além de tirar da rua: o ensino do esporte em projeto socioeducativo**. In: Rev. Bras. Ciênc. Esporte, v. 34, n. 1, Florianópolis: jan./mar. 2012 p. 149-164.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2006.

_____. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil**. In: Revista do Serviço Público 56, pg. 137-160. Brasília; Abr/Jun 2005.

LEI nº 9.615 de 24 DE MARÇO de 1998. Disponível em <http://www.fpf-pe.com.br/assets/uploads/138564784479.pdf>. Acesso em 27/08/2017.

MACHADO, P. X..., *et al.*. **O impacto de um projeto de educação pelo esporte no desenvolvimento infantil.** Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572007000100006. Acesso em 01/05/2015.

MACHADO, Paula Xavier; **Impacto e processo de um projeto de educação pelo esporte no desenvolvimento infantil.** Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Instituto de Psicologia. UFRGS, 2006.

MELO, J. P., DIAS, J.C.N. **Fundamentos do Programa Segundo Tempo: entrelaçamentos do esporte, do desenvolvimento humano, da cultura e da educação.** In: Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática. Maringá: Eduem, 2009.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/segundo-tempo>. Acesso em 12/08/2016.

_____. **Programa Segundo Tempo: Diretrizes 2014.** Brasília: Secretaria Nacional de Esporte, Educação Lazer e Inclusão Social, 2014.

MONTEIRO, Geraldo Tadeu Moreira; **A avaliação dos impactos sociais dos programas de governo.** In: VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002.

PEREIRA, A. R.; **EXPECTATIVAS DE PARTICIPANTES, PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ASSISTENTES SOCIAIS DE UM PROJETO SOCIAL ESPORTIVO DE PÓLO AQUÁTICO.** Monografia, Curso de Educação Física da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2015.

PROJETO PST BRASIL. PST servindo de estímulo a formação de atletas brasileiros na Rio 2016. Disponível em: <https://projetopstbrasil.uem.br/portal/pt-br/noticias/260-pst-servindo-estimulo-formacao-atletas-brasileiros-medalhistas-rio-2016?r=1&width=1366> . Acessado em janeiro de 2017.

_____. **O Programa Segundo Tempo e o atendimento a pessoas em situação de risco social.** Disponível em:

http://www.ufrgs.br/ceme/pst/site/noticia/21_O_Programa_Segundo_Tempo_e_o_atendimento_a_pessoas_em_situacao_de_risco_social. Acessado em julho de 2017.

PROVENZANO, Tiago Dias; SCHWARTZ, Gisele Maria; RODRIGUES, Nara Heloisa; TAVARES, Giselle Helena; **GESTÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE: INCIDÊNCIA TEMÁTICA EM PESQUISAS ACADÊMICAS**. In: PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review; V.3; n.3; pg. 66-76; 2014.

RODRIGUES, Anelise Lopes. **A desportivização das políticas sociais para a juventude: discursos salvacionistas e práticas compensatórias**. Dissertação, Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

SANTOS, Edmilson Santos dos; **Análise do desempenho do Programa Segundo Tempo de 2005 a 2009: o papel dos partidos, da capacidade fiscal e do ambiente institucional em sua difusão**. Tese, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Escola de Educação Física, UFRGS, 2011.

SILVA, Filipa da Mota Poseiro Castelo da; **Metodologias de avaliação de impacto social: a aplicabilidade de getting to outcomes em contexto de responsabilidade social das organizações**. Dissertação, Departamento de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional, ISCTE. Instituto Universitário de Lisboa, 2012.

SILVA, Silvio Sipliano; **Educação física escolar versus projeto social esportivo: “quando os donos da casa perdem o jogo”**. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2010.

SOUZA, E. S... *et al.* **Sistema de monitoramento & avaliação dos programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo do Ministério do Esporte**. Belo Horizonte: O Lutador, 2010.

STAREPRAVO, F. A.; **Políticas públicas de esporte e lazer no brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico**. Tese, Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, 2011.

_____.; SOUZA, J. de; JUNIOR, W. M.; **Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: Uma Proposta Teórico-Metodológica de Análise.** In: Revista Movimento. V.17, n.03, Porto Alegre, p.233-251.

VIANNA, J. A., LOVISOLO, H. R. **A inclusão social através do esporte: a percepção dos educadores.** In: Revista Brasileira de Educação Física e Esporte. V.25, n 2, São Paulo, 2011, p 285-296.

WERLE, Verônica; **Reflexões sobre a participação nas políticas públicas de esporte e lazer.** In: Revista Motriz; v. 16; n.1; pg. 135-142; Rio Claro; 2010.

ZALUAR, Alba. **Cidadãos não vão ao paraíso.** São Paulo: Editora Escuta, Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

ANEXOS

ANEXO 1

TERMO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO

Meu nome é Rafael Falcão Breyer, estou desenvolvendo uma pesquisa sobre o Programa Segundo Tempo (PST), sob a orientação do professor Dr. Alberto Reinaldo Reppold Filho, do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS. Esta pesquisa objetiva construir indicadores de impacto social do PST.

Os resultados deste estudo permitirão desenvolver indicadores de impacto social, descrevendo quais objetivos, avaliações e impactos diretos e indiretos são mais relevantes segundo a percepção das equipes gestora, pedagógica e outras que possam surgir no decorrer do estudo. Podendo contribuir para a possibilidade de um futuro desenvolvimento de um instrumento de avaliação junto aos alunos do PST, dessa forma, destacando a obtenção dos objetivos do programa, justificando assim, investimentos públicos e afirmando a relevância do Programa Segundo Tempo.

Devido a isso, vimos, por meio deste, solicitar sua concordância para realizar um estudo com os integrantes do Programa Segundo Tempo, que atuam na equipe gestora e equipe pedagógica, bem como outras pessoas e equipes que possam surgir no decorrer da pesquisa.

Os participantes responderão a uma entrevista, a qual contém questões sobre os objetivos, avaliação e os resultados do Programa Segundo Tempo. As entrevistas serão realizadas presencialmente ou via Skype, quando não for possível sua realização de forma presencial.

A pesquisa faz parte do projeto de mestrado do Professor Rafael Falcão Breyer, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o qual é responsável pela pesquisa.

O pesquisador garante à instituição e aos participantes da pesquisa:

- As informações e os resultados do estudo podem contribuir para dimensionar, avaliar e compreender os impactos sociais do PST, na forma de indicadores de impacto social.

- O Professor Rafael Falcão Breyer estará à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas a quaisquer momentos do estudo pelo telefone: (51) 991-790-820 ou pelo e-mail: rfbreyer@gmail.com.
- O participante terá liberdade de recusar a participação ou de retirar o seu consentimento em qualquer fase do estudo sem que lhe ocorra prejuízo.
- Não haverá nenhum tipo de remuneração pela participação no estudo.
- A identidade dos participantes não será revelada e as informações que forem prestadas poderão ser utilizadas somente para fins científicos.
- Os dados desta pesquisa serão utilizados para fins científicos e se constituirão como registro permanente e público relacionado ao Programa Segundo Tempo.

Serão feitas duas vias deste termo de consentimento: uma via ficará com o pesquisador e a outra com a entidade participante do estudo.

A assinatura neste formulário indica que você entendeu satisfatoriamente as informações relativas à sua participação neste projeto e que você concorda em participar. De forma alguma, esse consentimento lhe faz renunciar aos seus direitos legais, e nem libera o pesquisador de suas responsabilidades pessoais ou profissionais.

Nome e Assinatura do coordenador do Programa Segundo Tempo.

Assinatura do pesquisador responsável: Professor Rafael Falcão Breyer

Assinatura do professor orientador Dr. Alberto Reppold Filho

ANEXO 2

CARTA DE APRESENTAÇÃO E CONVITE PARA ENTREVISTA

Porto Alegre, ____ de _____ de 201__.

Caro Sr (a). _____

Ao saudá-lo (a), apresento-me como aluno de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS. Meu nome é Rafael Falcão Breyer e estou desenvolvendo uma pesquisa sobre o Programa Segundo Tempo, sob a orientação do Professor Doutor Alberto Reinaldo Reppold Filho. Esta pesquisa objetiva construir indicadores de impacto social do Programa Segundo Tempo (PST).

Desta forma, para que esta investigação possa ser construída, gostaria de contar com sua colaboração para a realização de entrevista. Após este primeiro contato e havendo o interesse de sua parte para a realização de entrevista, negociaremos data e local para a realização dessa etapa do trabalho, saliento que, não havendo possibilidade de realização presencial a entrevista poderá ser realizada via Skype. O “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, o qual envio em anexo, aborda as orientações necessárias que devem ser repassadas antes da realização da entrevista, suprimindo as necessidades da Resolução Nº. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, que trata dos aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos.

Cabe salientar que os dados desta pesquisa serão utilizados para fins científicos e se constituirão como registro permanente e público relacionado ao Programa Segundo Tempo.

Necessitando de outros esclarecimentos sobre a pesquisa, entre em contato pelo telefone (51) 991-790-820 ou email: rfbreyer@gmail.com

Atenciosamente,

Prof. Rafael Falcão Breyer
Pesquisador

ANEXO 3

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar de um estudo sobre a construção de indicadores de impacto social do Programa Segundo Tempo (PST).

O estudo tem como objetivo construir indicadores de impacto social do PST. Os resultados deste estudo permitirão desenvolver indicadores de impacto social, norteando o futuro desenvolvimento de um instrumento de avaliação junto aos alunos do PST, dessa forma, possibilitando a verificação da obtenção dos objetivos do programa, justificando assim investimentos públicos e afirmando a relevância do Programa Segundo Tempo.

Você responderá a uma entrevista que abordará questões relacionadas a sua percepção sobre os objetivos, resultados, impactos diretos e indiretos e avaliação do Programa Segundo Tempo. A entrevista será realizada presencialmente ou via Skype, quando não houver a possibilidade de ser realizada pessoalmente.

A pesquisa faz parte do projeto de mestrado do professor Rafael Falcão Breyer, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o qual é responsável pela pesquisa.

O pesquisador garante aos participantes da pesquisa:

- As informações e os resultados do estudo contribuirão para o desenvolvimento de indicadores de impacto social, norteando o futuro desenvolvimento de um instrumento de avaliação junto aos alunos do PST, dessa forma, destacando a obtenção ou não dos objetivos do programa, justificando assim investimentos públicos, afirmando a relevância do Programa Segundo Tempo.
- O Professor Rafael Falcão Breyer se coloca à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas em quaisquer momentos do estudo pelo telefone (51) 991-790-820) ou pelo e-mail: rfbreyer@gmail.com.
- O participante terá liberdade de recusar a sua participação ou de retirar o seu consentimento a qualquer momento do estudo sem que lhe ocorra prejuízo.
- Não haverá nenhum tipo de remuneração pela participação no estudo.
- A identidade dos participantes não será revelada e as informações que forem

prestadas poderão ser utilizadas somente para fins científicos.

- Os dados desta pesquisa serão utilizados para fins científicos e se constituirão como registro permanente e público na interpretação de fatos futuros que derivam destes relatos no período estudado por esta pesquisa.

Serão feitas duas vias deste termo de consentimento: uma via ficará com o pesquisador e a outro com o participante do estudo.

A assinatura deste formulário indica que você entendeu satisfatoriamente as informações relativas à sua participação nesse projeto e que você concorda em participar. De forma alguma, este consentimento lhe faz renunciar aos seus direitos legais, e nem libera o pesquisador de suas responsabilidades pessoais ou profissionais.

Nome e Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável: Professor Rafael Falcão Breyer

Assinatura do professor orientador Dr. Alberto Reppold Filho

ANEXO 4

ROTEIRO DE ENTREVISTA DA EQUIPE GESTORA E EQUIPE PEDAGÓGICA

“Bom dia, hoje ´dia...., meu nome é Rafael Breyer, aluno do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da UFRGS, vamos dar início a entrevista com o professor.... presencial ou via Skype...”

- 1) Para iniciar, gostaria que você se apresentasse, me contasse um pouco da sua história profissional e do seu envolvimento com o PST.
- 2) Quais são os objetivos do PST?
 - a. Em que documentos podemos encontrar a relação atualizada dos objetivos do PST?
 - b. Na sua avaliação, quais são os objetivos mais relevantes do PST?
 - c. Eles mudaram ao longo do tempo?
 - i. SE SIM
 1. O que mudou?
 2. Quais foram os motivos da alteração?
- 3) O PST atinge seus objetivos propostos?
 - a. SE SIM
 - i. De que forma pode-se afirmar que o PST atinge seus objetivos?
 - ii. Quais são as limitações dessa afirmação?
 - b. SE NÃO
 - i. Por quê?
 - ii. Quais as principais dificuldades dessa afirmação?
- 4) Existe um processo avaliativo do PST?
 - a. SE SIM
 - i. Quais?
 - ii. Em que documentos podemos ter acesso a esses instrumentos avaliativos, seus critérios e seus resultados?
 - iii. Você considera esses instrumentos adequados?
 1. SE NÃO

- a. Que instrumentos seriam adequados para avaliar o PST?
 - b. SE NÃO
 - i. Por quê?
- 5) Na leitura dos materiais do PST, nos objetivos, há uma referência a impactos diretos e indiretos dos alunos que participam ou participaram do PST.
 - a. Quais são eles?
 - b. Quais os mais relevantes?
 - c. Como são dimensionados?
 - d. Quais instrumentos e critérios são utilizados para medir esses impactos?
 - i. SE SIM
 - 1. Qual equipe ou pessoas são as mais indicadas buscar para mais informações sobre esse processo?
 - 2. Em que documentos podemos buscar tais informações?
- 6) Como pode-se afirmar que os alunos que participaram do PST se diferenciam dos alunos que não participaram do programa?
- 7) Você gostaria de fazer mais alguma colocação? Algum item não foi contemplado que você gostaria de ressaltar?

ANEXO 5

ROTEIRO DE ENTREVISTA DA EQUIPE DE AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA

“Saudação”, hoje ´é dia...., eu sou o professor Rafael Breyer, aluno de mestrado em Ciências do Movimento Humano da UFRGS. Logo mais daremos início a entrevista (Presencial ou via Skype) com o professor (a) (NOME DO ENTREVISTADO (A))....

- 1) Para iniciar, gostaria que você se apresentasse, me contasse um pouco da sua jornada profissional e do seu envolvimento com o PST.
- 2) Agora, focando no Segundo Tempo, tu poderias me citar quais são os objetivos do PST?
 - a. Em que documentos podemos encontrar a relação atualizada dos objetivos do PST?
 - b. Tu saberias me dizer se os objetivos mudaram ao longo do tempo?
 - i. SE SIM
 1. O que mudou?
 2. Quais foram os motivos da alteração?
 - c. Desses objetivos citados, qual ou quais são os mais relevantes?
 - 3) Em cima da tua fala sobre os objetivos do PST e em especial nas diretrizes do programa, há referência a possíveis impactos diretos e indiretos.
 - a. Tu saberias me citar alguns desses impactos? (BUSCAR INFORMAÇÕES SOBRE OS MAIS RELEVANTES;)
 - 4) Tu acreditas que o PST atinge os objetivos propostos?
 - a. SE SIM
 - i. O que te leva a afirmar que o PST atinge seus objetivos? (EXPLORAR POSSÍVEIS LIMITAÇÕES DA AFIRMAÇÃO)
 - ii. Tu acreditas que os participantes do Segundo Tempo se diferenciam dos que não participam?
 - b. SE NÃO

- i. Por quê?
 - ii. Entre essas justificativas quais são as mais relevantes?
(EXPLORAR AS LIMITAÇÕES DURANTE A CONVERSA)
- c. SE ATINGE PARCIALMENTE
 - i. Quais objetivos são atingidos? Por quê?
 - ii. Quais não são atingidos? Por quê?
 - iii. Quais são atingidos parcialmente? Por quê?
 - iv. Tu acreditas que os participantes do Segundo Tempo se diferenciam dos que não participam?
- 5) Qual é a relevância de um instrumento de avaliação de impacto para o PST?
- 6) Sua equipe foi citada por diversos professores entrevistados. Você pode me contar qual foi a motivação para a criação de sua equipe e o que está sendo desenvolvido?
 - a. Quais foram os pontos de partida para a elaboração desses instrumentos de avaliação? (BUSCAR A RELAÇÃO COM OS OBJETIVOS DO PST – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS UTILIZADOS PARA A ELABORAÇÃO – O GRAU DE DESENVOLVIMENTO DOS INSTRUMENTOS)
 - b. De quem será a responsabilidade pela aplicação dos instrumentos? E como será feita a consolidação dos dados? VERIFICAR POSSÍVEIS TREINAMENTOS PARA APLICAÇÃO
 - c. Qual é o público alvo desses instrumentos? ALUNOS - PROFESSORES (PST/ESCOLA), FAMÍLIA...
 - d. JÁ FOI TESTADO?
 - i. SIM: VERIFICAR A ABRANGÊNCIA PILOTO x NACIONAL; QUAIS AS IMPRESSÕES/RESULTADOS
 - ii. CASO NEGATIVO: VERIFICAR A PREVISÃO DE TESTES E IMPLEMENTAÇÃO
 - e. Qual a previsão da periodicidade das avaliações?
 - f. Existe uma previsão de custos para esse processo?
 - g. Há previsão de que o processo de avaliação seja incluído nas diretrizes do PST?

- 7) Nos encaminhando para o final da entrevista, você gostaria de fazer mais alguma colocação? Algum item não foi contemplado que você gostaria de ressaltar?